

Rev.

V.

115702
1540
julho
1935

PRISMA



AVGVSTO GOMES.

REVISTA DE FILOSOFIA
CIÊNCIA E ARTE

PRISMA

REVISTA TRIMENSAL DE FILOSOFIA, CIÊNCIA E ARTE

DIRECTOR:

AARÃO DE LACERDA

DIRECÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Praça da República, 197 — PÔRTO

EDITOR:

ALEXANDRE COELHO

DEPOSITÁRIO: DOMINGOS BARREIRA

LIVRARIA SIMÕES LOPES — Rua do Almada, 123 — PÔRTO

JULHO DE 1936

N.º 1

SUMÁRIO

PRISMA	<i>Aarão de Lacerda</i>
ENSAIO SÓBRE O BERGSONISMO	<i>Eugénio Aresta</i>
VALES DE ANCÊDE	<i>João Alves</i>
UMA DINASTIA DE CERAMISTAS	<i>Vasco Valente</i>
A VIDA VENCEDORA	<i>Luiz Cardim</i>
LEONARDO COIMBRA	<i>Sant'Anna Dionísio</i>
D. CATARINA DE BRAGANÇA PRECURSORA DA RESTAURAÇÃO	<i>Francisco Pereira de Sequeira</i>
CARLOS MASIDE	<i>Dominguez Alvarez</i>
JOAQUIM DE VASCONCELOS	<i>Aarão de Lacerda</i>
SONETO	<i>João Cabral do Nascimento</i>
VIANA DA MOTA	<i>Elisa Baptista de Sousa Pedroso</i>
MAGRINHA	<i>Luiz Guedes de Oliveira</i>
ALQUIMIA	<i>Fausto José</i>
DETERMINAÇÃO DAS SOMBRAS DAS SUPERFÍCIES DE REVOLUÇÃO	<i>Álvaro Lima</i>

Capa de AUGUSTO GOMES

Gravuras de MARQUES ABREU

Composta e impressa na IMPRENSA MODERNA, LIMITADA — Rua da Fábrica, 80 — PÔRTO

Esta revista será enviada aos senhores assinantes contra reembolso.



PRISMA

UM acto de reincidência, esta nova tentativa de lançar no nosso escasso meio literário uma revista de cultura.

É uma obstinação que vem dos meus tempos de Coimbra e deu lugar, nesses dias, já distantes, da juventude académica, a um mensário de filosofia, de ciência e de arte simbolicamente chamado «Diónyos», mantido mesmo depois da minha formatura à custa de renúncias e de sacrifícios que eu, afinal, nem sequer sentia pelo espiritualíssimo prazer que gozava em reunir numas dezenas de páginas a colaboração de amigos: uns já então consagrados, outros, os mais novos, começavam, como eu, a carreira literária e pela vida fora continuaram a manter a chama sagrada da sua devoção.

O nome do deus helénico tinha um sentido hermético, profundo e transcendente, que Nietzsche nos revelara, e se prestava a condensar e a exprimir a nossa finalidade literária. Afastávamo-nos de Apolo, filho da Luz, do mito olhado como consubstanciação do mundo das aparências, para nos juntarmos à volta de «Diónyos», cuja iniciação comunicava um sentido abissal da vida. E, a-propósito, nas palavras de abertura, se recordava a frase de Fausto dirigida a Mefistófeles

In deinem Nichts hoff'ich das All zu finden

e se falava da «Nona Sinfonia» de Beethoven, a própria ode à alegria suprema atingida pelo homem que se ultrapassa...

A «Diónyos» manteve-se ainda algum tempo após a minha saída de Coimbra, deslocando-se comigo para o Pôrto onde comemorou o centenário de Ricardo Wagner, o génio que melhor encarnou êsse dionisismo já possuído pela fúria trágica de Beethoven. E com a promoção de algumas conferências ia a revista cumprindo o programa que anunciara.

Êsse grupo de camaradas que em Coimbra se formara para lançar a «Diónyos», a breve trecho se desfez. Cada um seguia o seu caminho... a vida prática.

Esforcei-me por manter a revista, mas as dificuldades amontoavam-se e ela teve de interromper a sua publicação, anos depois renovada na efémera tiragem de alguns números, graças ao auxílio da «Companhia Portuguesa Editora». Ampliava-se e precisava-se o seu programa: contribuir para o estudo da tectónica do mundo, do «pathos» do nosso século, da sua filosofia, onde através das incoerências mais visíveis se relevam trajectórias, pensamentos e doutrinas, essa ideologia que um dos mais altos espíritos da

Espanha, José Ortega y Gasset, vê em plena mocidade e, conseqüentemente, por definir ainda em tratados clássicos que a contenham numa sistemática perfeita. Efémera existência teve a «Diónysos». Há um ano, porém, uma empresa editorial lançou a revista «Museu». Vasco Valente, Armando de Matos e eu fomos encarregados da sua direcção literária. E os propósitos que tinham animado a «Diónysos» reeditaram-se no programa que serviu de prefácio à nova revista, tolhida logo ao nascer com a liquidação da casa editora que a apresentou!

Obstinadamente se procura agora repetir a iniciativa lançando esta revista com os mesmos fins culturais das anteriores e intitulada «Prisma», confiado ainda na possibilidade de reunir à sua volta um público, embora restrito, que a estime. É mais uma mensagem espiritual que espero mereça a simpatia daquele selecto mas raro número de almas que no País acolhe estas missões de cultura.

«Prisma» é outra palavra rica de sentido: por meio do prisma se faz na Óptica a análise e a síntese da luz; do sentido físico a levamos a um sentido psicológico, translato — no «Prisma» se procurará fazer também a análise e a síntese das ideias e das formas, contribuindo, entre nós, para o estudo da sintomatologia do nosso tempo. Iremos buscar — como escrevemos no «Museu», à diversidade dos contrários, à dialéctica das doutrinas actuais o significado da época, para assim construir o que Curtius chamou, em relação ao actual, a consciência polifónica do século XX.

«Prisma» será uma revista de cultura: procurará como o «Museu» estudar os diferentes itinerários das almas, a miriógona actividade do homem, interessando-lhe todos os tempos, as figuras mais representativas e mais antitéticas. Colaborará na «causa espiritual», tanto em crise, agravada mesmo por aquêles que, defendendo-a sem alma ou sem convicção, a comprometem e a confundem. Não nos interessa a causa do *espírito que nega*, diabólica e leviatânica, geradora de hipertrofias catastróficas, da apoteose à máquina, Moloch que devora a velha Amba, personagem criado por Tagore para simbolizar a humanidade vítima da tirania industrial, animicida, inimiga da sensibilidade. Não esqueçamos o Homem e com ele o humanismo que renascido e orientado no bom sentido há de ensinar o que Dante aprendera com Brunetto Latini: *a saber como o homem se eterniza*.

«Prisma», como o «Museu» projectava, estudará a vida das formas plásticas, sem esquecer que elas imergem na mobilidade do tempo. Interessar-lhe-á muito especialmente a colaboração daqueles que para serem críticos devem possuir o «sexto sentido» ou a «poesia do espírito», segundo Töpfer, a percepção desse halo ou fluido subtil que, no dizer de Focillon, envolve as obras de arte, emana da sua existência íntima, secreta. Dentro desta orientação, «Prisma» será uma revista de Arqueologia, de uma Arqueologia tomada e versada no sentido mais moderno, estudo cheio de beleza, de dignidade, de elegância mental, sempre feito com essa compreensão

impregnada de sentimento, e que da análise das manifestações artísticas ascenderá a uma metafísica das formas.

«Prisma» aparece num instante histórico de alta tensão, num momento conflituoso, inquietante, de desordem criadora. Estamos numa fase em que a fisionomia da civilização europeia, a estrutura das instituições e das almas se transformam no crisol imenso que a carnagem de 1914-18 levou ao rubro.

É um caldeamento metamórfico de ideias-fôrças e de formas que tinham cristalizado em sistemas. Anuncia-se o advento de um mundo novo, de uma cultura diferente agora em pleno processo ontogenésico. Ninguém pode deter o ímpeto desta energia refundidora, nociva agora à plena expansão da vida do espírito que há de agüentar-se sobre a torrente vertiginosa com suas fortes amarras presas nas margens do rio do tempo... Nem tudo do passado se subverterá no caos fecundo: há criações definitivas, eternas que estão acima das idades; não lhes morde — como dizia um escritor relativamente a Beethoven — o dente do tempo. Guardam-se na arca que o dilúvio não submergirá.

É possível que nós, espectadores e protagonistas do grande drama contemporâneo, exageremos a sua intensidade trágica se com Berdiaeff nos julgarmos no fim da Idade-Moderna sob um ritmo histórico que se alterou tornando-se catastrófico.

O momento é sem dúvida de colisão, mas a existência do *homem europeu* não se desarticulou. Ainda persiste no mundo revólto um forte núcleo vertebrado de impossível destruição: é o próprio passado, é a própria História, elos de factos que se prendem uns aos outros e fazem da vida humana um encadeamento contínuo através das idades.

Diz-se que a vida da consciência moderna perdeu o sentido; que entre a consciência e a profundidade vivente deixou de haver uma ligação; que há hoje um predomínio crescente do impulso de auto-destruição sobre o impulso de construção; que estamos na desordem entre duas ordens, a do passado e a do futuro que se forma, ou no caos entre dois cosmos, ou no desespero entre uma fé perdida e o advento de outra que se anuncia... Que emfim nos encontramos sob o signo do «chauffeur», o homem primitivo temperado pela técnica, o tipo determinante da nossa idade gregária, encarnação do espírito das multidões com sua arte correspondente na pintura futurista e no «jazz-band»...!

Se Keyserling nos fala, a-propósito deste caos fecundo, da «noite da alma» dos místicos, Berdiaeff entende que no actual estádio saímos de uma «era diurna» para entrar numa «era nocturna», na própria noite reveladora ao homem de uma fatal origem, órfão, sem casa, sem fôrças, nu, ante as trevas do abismo onde a claridade e a vida não passam de um sonho morto e muito longínquo — parafraçando os versos de Tiutcheff.

Berdiaeff expõe com veemência parenética o final trágico da história moderna, com o sentimento humanista da vida a sossobrar num estado de

decrepitude, cheio de contradições destruídas, corroído por um mórbido cepticismo que debilitou o homem, que o perdeu e lhe escangalhou a fé. O filósofo russo do destino humano anatematiza o fatal desvario que se continha no humanismo e verbera esta fase de descentramento, propícia a acção mais desenvolvida dos órgãos subordinados, secundários, da vida humana em prejuízo do espírito. Eis o panorama calcinado que Berdiaeff nos apresenta dêste período anterior a uma nova Idade-Média que está iminente, e traz consigo a revolução do espírito, uma renovação integral da consciência.

O consagrado autor russo escreve a maior parte das vezes sem documentar as suas conclusões. Encontra-se possuído de uma fé a que subordina tôda a análise histórica, mas isso lhe basta para construir teses brilhantes, sugestivas, de compreensão imediata mas vagas ou inconsistentes quanto à sua prova. As contradições destruídas, o cepticismo mórbido que o humanismo, na sua opinião, gerou, explicam o nosso tempo — um tempo de decadência espiritual — a que não é estranho Leonardo de Vinci, responsável aos olhos do referido escatologista russo pela mecanização e materialização da vida actual, do seu desânimo, do abandôno que sofremos!

Há um triunfo do «homem natural» sôbre o «homem espiritual» na história moderna? Mas esta luta é permanente através da História com os seus resultados funestos para as almas que vivem uma intensa vida psíquica, desprendidas das imediatas utilidades, desinteressadas materialmente na sua missão sublime e redentora. Citarei por agora o caso de S. Francisco de Assis ou de outras espirituais figuras que morreram sem realizar as suas aspirações, os seus desígnios evangélicos e metafísicos, iluminados pela sua vitória interior que o *século* não compreendeu ou atingiu em tôda a sua profundidade e plenitude.

Como ontem e sempre se impõe a necessidade de reforçar a «frente» do espírito. A colisão entre as chamadas forças telúricas e as forças espirituais é de todos os tempos, embora reconheçamos que ela atingiu hoje uma fase aguda de enorme gravidade. Depois da grande guerra, o materialismo económico desencadeou tôdas as suas hostes de *primários* num assédio violento contra o Espírito.

«Wir wurden hart, misstrauisch, mitleidlos, rachsüchtig, roh,
— und das war gut; denn diese Eigenschaften fehlten uns gerade.»

Sim, os homens tornaram-se duros, desconfiados, impiedosos, vingativos, rudes, e isso... foi bom porque para a luta eram justamente as qualidades que lhes faltavam!

As forças interiores tenderam não para um desenvolvimento mas para uma regressão, di-lo um escritor da guerra, Erich Remarque, num impressionante livro que é um libelo...

«...unsere inneren Kräfte sind nicht auf Weitersondern auf
Zurückentwicklung angespannt.»

Acentuou-se o domínio da quantidade sôbre a qualidade, a inversão dos valores, a imposição dos instintos ou a animalidade, a vida elementar, isto é, a vida liberta de preocupações desinteressadas ou transcendentas.

Há um património a salvar e essa missão cabe à minoria que defende os direitos espirituais. O vélho continente sofre, e como disse Duhamel:

«... notre rôle est d'abord de veiller au chevet de l'Europe.»

O Passado tem uma ressonância em nós, de tudo o que se criou de grande, de belo e de justo e constitue aquela parte da civilização que é positiva pelos elementos de progresso, de cultura que traz à humanidade. A evocação dêste Passado, o seu estudo contêm-se entre os mais imperiosos deveres da cruzada espiritual que procura chamar o Homem e colocá-lo na sua verdadeira categoria, despertando nêle a vida interior, arrancando-o à anarquia, ao egocentrismo, à escravização gregária, ao número para o reintegrar num humanismo hierarquizante, emancipador.

A revista «Prisma» orientará o seu esforço neste sentido.

Ela juntará a sua voz ao clamor de tôdas aquelas almas que prégam a necessidade imperiosa de uma renovação. Estas palavras de Leonardo Coimbra, o Filósofo do «Criacionismo» e o Poeta da «Alegria, da Dor e da Graça» indicam o nosso caminho:

«Para que o homem seja humano e não gregário, para sair da cidade para o mundo, do companheiro para o irmão, terá de ir mais longe que o próprio homem e *abrir-se* não só ao homem, mas ao Infinito, isto é, a Deus...»

O homem só realiza as obras do seu humilde amor humano pondo à sua vontade um fito para além de tôdas as desilusões, um astro firme para rumo do seu caminho, que, no meio das inconstâncias e derrotas da vida, guarde o mesmo olhar impassível e sereno.»

AARÃO DE LACERDA.



ENSAIO SÔBRE O BERGSONISMO

« Une chose surtout donne de l'attrait à la pensée des hommes : c'est l'inquiétude. Un esprit qui n'est point anxieux m'irrite ou m'ennuie. »

ANATOLE FRANCE — *Le Jardin d'Epicure.*

A guerra europeia deixou-nos mais aguda a herança duma filosofia beligerante. Já antes da conflagração, a revisão dos valores espirituais se estava fazendo, mostrando como eram frágeis os alicerces de certas verdades tidas por seguras e definitivamente adquiridas para o património da humanidade.

Havia, sob uma crosta social ainda relativamente tranqüila, uma ansiedade, uma indecisão normativa que, se ainda não quebrou nesse momento o equilíbrio político duma forma flagrante, já procurava algumas linhas de menor resistência para romper, estilhaçando os moldes hieráticos.

A crítica de Boutroux e de Poincaré ao determinismo científico, salvando a liberdade de escolha dos seus postulados iniciais, o *método* de Bergson abrindo-se, como que num abraço para conter tóda a plenitude vital, método feito de sugestões insinuantes, sem o rebarbativo autoritário das afirmações dogmáticas, eram a alvorada da nova forma de pensar.

Mas os antigos trilhos do pensamento, endurecidos, resistiam perturbando o caminho. Foi preciso regá-los a sangue durante quatro longos anos, para que do nivelamento saísse a ansiedade de uma *filosofia viva*, onde as almas perdidas no redemoínho, abandonadas como fôlhas sêcas ao sabor da corrente, encontrassem de novo o ritmo, a harmonia, a beleza dum destino que parecera ter perdido a significação.

Mantiveram-se certas valorizações passadas. Ficaram ainda de pé, embora vacilantes, alguns dos seus elementos. O seu valor é porém mais aparente do que real. Perante êles, o espírito, como que desconfiado e receioso, pôs uma redoma que os furta ao sôpro da discussão. Abrindo-lhes largo crédito, de preferência a ter de pô-los de parte.

Na derrocada das grandes ilusões racionalistas perdeu-se o amor do risco no pensamento, preferindo-se a atitude submissa de crença, num servilismo espiritual onde não há lugar para todos. Dentro dele cabem apenas os que não querem encarar de frente o problema do nosso tempo, os que fogem à sensibilidade vital da sua época, receiando os atritos da dúvida sôbre as almas feridas.

Ficam excluídos e inquietos os que sentem a fragilidade dos antigos alicerces para continuação duma atitude cumulativa. Estes preferem a derrocada, a eliminação, a polémica, de preferência ao metamorfisar de

sedimentos onde ficam, soterrados como fósseis, intactos na forma mas perdido o dinamismo estuante que os tornava persuasivos e imperativos, aquêles antigos valores gastos que já viveram a sua vida, já foram triturados pela duração concreta, criadora, sôbre o humus dos escombros, de novas e frondosas florações.

Para além da «epístome», do pensamento racionalizado até ao extremo, fugido do mundo como um asceta que na sua cela os jejuns e os cilícios levam à diafaneidade, à transparência da múmia ressequida, procura-se de novo a «doxa», a espontaneidade onde tudo é potência, imprevisível porque criadora.

Já não seduz a miragem do mundo dado e exposto por uma só vez, para que o espírito a pouco e pouco o apreenda até à suficiência. Já não tenta um mundo a deduzir em articulados lógicos, bem determinados, como o desenrolar de um teorema de geometria.

As teorias mecanistas não deram mais do que a pele morta como um pergaminho curtido. Não explicaram senão certos aspectos catagenéticos do processo vital, sem penetrar a explicação subtil do grande e emocionante mistério da vida.

A razão vai sendo reintegrada dentro das funções vitais das quais transcendera. Fica como uma ilha, como o solidificado, no imenso mar da vitalidade primária.

A descoberta da razão, utilizada mas não focada anteriormente, produz no tempo de Sócrates, o deslumbramento que vibra nos diálogos platónicos. Aos jónios, aos «filósofos trágicos» das cosmogonias explicativas, sucede a cisão e a transcendência racional intelectualizada. Vem depois o tributo ao sensível, na passagem do helénico para o helenístico, traduzido na criação da atmosfera ardente que é a magnífica estufa onde germina a semente cristã.

Na Renascença canta de novo o galo racionalista logo após a primeira fase de humanismo. Sucedem-se os sistemas apriorísticos, dominando a corrente baconiana, fornecendo o «more geométrico» que lega hipóteses metafísicas cartesianas, como a do paralelismo psicofísico. Fora da torre de marfim dos superlativos e absolutos dos grandes sistematizadores fica a amputada complexidade vital. Rousseau pressente a falta de vitalidade dos valores transcendentais. Nietzsche intima-os a comparecer perante o tribunal onde preside Diónisos.

Goethe, poeta-filósofo, aponta como destino da vida — ser vivida integralmente e não apenas valorizada por uma das suas emanações.

Tateam-se as dimensões vitais da verdade. A razão torna-se um instrumento biológico. Se ela fôra fecunda na dedução e na indução das relações fenomenais que levaram ao estabelecimento de leis, reconhece-se que o seu «lastro geométrico», tornando propícia a sua aplicação à ciência dos sólidos, sacrifica a frescura, a espontaneidade, a borbotância do magnífico «élan» vital, que não cabe nas molduras prèviamente demarcadas. A vida

tem um sentido expansivo e fluente. Foi esta modalidade que assustou os pensadores hindus.

Quando Gautama define o processo vital como um afan, um desejo sempre insatisfeito e sempre inquieto, sentiu o constante dinamismo que entristeceu o vólho Heráclito.

Ambos recuaram. Um, logrando o ciclo das gerações pela anulação da vontade, indo ao encontro do torpor que espreita as espécies, vendo o fim ideal na beatitude do entorpecimento nirvânico. Outro, acolhendo o fluir vital com tristeza e desânimo que encontram reacção na estática parménica.

O racionalismo tomou uma atitude extra-biológica. Foi o «*pereat mundus, fiat justitia*», esquecendo que no mundo se enchera e dele transcendera, o conceito da justiça.

Foi a máxíma de Fichte — «Filosofar é não viver — viver é não filosofar», donde a reabilitação do valor da vida, feita pelo método filosófico do bergsonismo, suprimiu ambas as negativas.

Êste método assenta sôbre os escombros dos nossos hábitos de pensar. Apresenta a existência em «*fieri*», ao longo da duração concreta, recebido o primeiro impulso, o primeiro «*élan*» e abandonada logo para que ponha em jôgo tôdas as suas iniciativas, em frente dos obstáculos que a matéria, a Maia dos vólhos hindus, apresenta à espiritualização.

Põe de novo o amor do risco como móbil da acção. Dá à vida um carácter grave e problemático que lhe restitue o encanto. E é ainda um protesto viril, uma salutar reacção contra o estado servil, o estado de cão batido, com que o espírito humano saiu das grandes ilusões mecanistas e finalistas, vagas alterosas no século XIX, que vieram morrer, espraçando-se nas primeiras dezenas de anos do nosso século.

I

Os complementos da inteligência

Foi num momento de desânimo, quando o meu espírito quási justificava a frase desenganada de Pascal — «a filosofia não vale uma hora de interêsse» — que comecei a ler a «*Évolution Créatrice*».

Já na «*Matière et Mémoire*», no «*Rire*», nos «*Essais sur les données...*», eu encontrara, ou os esquemas que rasgam novos horizontes e perspectivas, ou as imagens luminosas, claras, num estilo ondulante, cheio de ritmo e convicção, abordando os mais complexos problemas fora do formalismo didáctico, sêco, da prosa intelectualizada.

Estudara filosofia fora das preocupações da erudição. Procurando nela a satisfação duma ansiedade espiritual. Fugindo à vida cotidiana, mecanizada e constante, sempre idêntica, que acaba de automatizar o espírito.

Mais do que os sistemas, para além deles, das soluções exaustivas dos grandes problemas da humanidade que eles não podiam dar, segui a marcha do pensamento dos sistematizadores, sem nunca até ao fim ser de qualquer deles um discípulo fiel.

As preocupações de acabamento, a necessidade de fornecer respostas àquelas perguntas em que, mais do que o conteúdo interrogativo me preocupava a atitude de perguntar, o refúgio na logística, a degradação ou a mutilação da realidade, o intimismo cousista suposto fora das capacidades preënsis do nosso conhecimento, tudo carecia de eficácia provante. O totalismo explicativo ao qual aspiravam todos os sistemas fechados, fazia deles um corpo único a admitir ou rejeitar. Impunham ao pensamento um determinado plano de clivagem. Aceites as suas bases, as consequências seguiam-se bem determinadas, fatais.

Se a princípio o pensamento filosófico seguia a curva da actividade vital, dava-me a impressão de que a breve trecho a abandonava, autonomizando-se, deduzindo-se como num longo encadeado geométrico, à margem das experiências, das sugestões que o mundo lhe oferecia.

Suponho que a filosofia deve procurar vestir a vida. E a vida, bola de neve rolando ao longo da duração, sempre mais rica e mais complexa, recusava-se ao fato feito que os sistemas fechados representavam.

Mais do que os sistemas, interessa o método, a atitude do espírito, o questionário pôsto, de preferência ao conteúdo das respostas. O colorido tão rico e variado da existência, foge às molduras. A vida contém em si tôdas as possibilidades. Dela, como nebulosa inicial, emanaram os valores que a transcenderam. O seu magnífico «élan» contém uma incanalizável borbotância. Desprezá-la ou amesquinhá-la, é erro ou hipocrisia. O seu próprio fluir, contínuo, inapreensível, mostra bem o carácter expansivo, oposto a tôdas as limitações. Uma visão biológica integral, tem de entrar em conta com tôdas as formas de consciência das quais a inteligência humana é apenas um dos aspectos.

Maine de Biran deu alguns passos por êste caminho. A inteligência é um dos instrumentos de trabalho da consciência. Serve-nos para pensar a matéria.



HENRI BERGSON

Por Jacques-Émile Blanche

Tem o seu legítimo triunfo em face do sólido, do estável, do que não tem história porque não vive. Mas não se presta a profundar a verdadeira natureza da vida. Dela só pode dar-nos representações mecanistas, artificiais, simbólicas, pobres esquemas inertes em face da riqueza da actividade biológica total.

A visão integral da vida, como processo consciente, sempre a fazer-se, exige a degradação do antropomorfismo intelectual. A inteligência representa a humana faculdade de actuar. Que outras faculdades corresponderão, às evidentes possibilidades actuantes dos restantes seres vivos?

Em relação à matéria, onde domina, a inteligência tem um carácter absoluto. Perde-o e ganha relatividade em frente da vida. Precisam de convergir com ela tôdas as franjas que ainda hoje, depois de largo período de desvio intelectualista, podemos pressentir em tórno do pensamento conceptual para comunicação com as outras correntes da actividade vital.

Na filosofia bergsonista houve quem visse uma conspiração judaica contra a inteligência. Como se colocar a inteligência no seu verdadeiro lugar, dar-lhe pleno domínio sôbre o estável para que ela foi criada, inventariar o que ela trouxe de útil, limitar-lhe o poder para melhor o conhecer, fôsse amesquinhá-la.

Mas que a filosofia de Bergson veio no momento próprio para exercer uma função oportuna, está evidente nas consequências que dela resultaram para outros campos de actividade espiritual.

Dizia Lacordaire que — «era próprio dos grandes corações descobrir a principal necessidade dos tempos em que vivem e dedicar-se inteiramente a ela».

Bergson viu a falta de vitalidade dos dados racionais do nosso conhecimento. E resolveu pôr o homem a caminho, de novo ao encontro da vida.

A sua influência faz-se sentir já na obra de Marcel Proust (*À la recherche du temps perdu*). É sob a sugestão bergsonista que Julien Benda escreve na primeira página do «Belphégor» — «As obras literárias do princípio do século XX reconhecem-se por êste carácter comum: pretendem exprimir emoções e sensações, sem recorrer à intelectualidade».

Afirmção que Jean de Pierrefeu, sob o título — «*Retrouver la vie*», minora mas não enjeita.

Montherlant, insurge-se contra o excessivo desenvolvimento dos dados racionais, tirados de factos, arrancados à continuidade como abstracções mortas.

O americano Mathew Prichard, sob o influxo bergsonista, abre novos horizontes à estética.

O espírito humano sente-se levado na corrente sem diques da duração concreta, sem sobressaltos, sem bruscas discontinuidades que só artificialmente no fluxo vital o comodismo científico vem talhar. É êste comodismo que fixa atitudes de duas fases distanciadas, incapaz de apreender o ritmo que as liga.

O antigo dado nocional do *eu*, separou arbitrariamente estados de consciência e ganhou uma realidade fictícia que agora se dissolve no fluxo da

corrente vital. E, se a criação dum equivalente estático da vida se presta melhor às exigências da lógica e da linguagem, fora delas ressalta bem o aspecto vazio e quieto duma noção que se apresenta como síntese de estados psicológicos separados, sem ver que a separação é aqui mutilação e eles só valem pela interdependência e pela continuidade.

Esta continuidade tem um sentido diferente do sentido matemático. Não estamos em frente do tempo categórico mas em face da duração concreta, como progresso contínuo do passado, «mordendo o futuro» e criando-se à medida que avança. Ao longo dela não pode haver repetições idênticas. Se aparentemente um estado parece repetir-se, a semelhança, tôda de superfície, tem uma profundidade diferente. Porque o segundo estado deriva duma maior riqueza consciencial, riqueza que se não fecha infecunda, mas se abre a tôdas as perspectivas futuras e se faz sentir sempre integralmente, tornando impossível a reversibilidade na curva da duração e desarmando tôdas as possibilidades perante a sua exuberância criadora. Estamos longe dos processos intelectuais. Estamos actuando sempre com o espírito todo, sempre diferente pelas aquisições novas e é com o recuo instantâneo sôbre o passado total que nós ganhamos o balanço para nos projectarmos sôbre o futuro.

A condensação da nossa história vivida, sempre actuante, imprime a cada um de nós sua feição característica que lhe dá formas próprias de juízo, muito particulares, muito subjectivas e dissemelhantes, tornando impossível a objectividade no sentido kantista.

A razão não é só o acôrdo social, de dentro para fora. Para cada um, têm as razões seu valor diferente. Por isso mesmo a vida social não pára, não coalha, não se degrada até ao automatismo que caracteriza a vida comum, perfeita mas determinada, própria das sociedades animais.

Inteligência—Instinto. Dois grandes processos da actividade vital, ambos por ela criados.

Esta actividade não se desenvolve com o encadeado lógico das leis científicas. Não se desenrola no tempo matemático, feito de simultaneidades e correspondências. Não há leis biológicas. Há tendências, direcções, em que a vida lança as espécies.

As leis da matéria inorgânica são susceptíveis de se exprimir por equações diferenciais com o tempo por variável independente. Apresentam um presente sempre calculável em função do passado imediato, sem graus de liberdade, na dependência de causa a efeito, sem criação porque, explícitos ou implícitos, todos os efeitos a causa contém.

O ser vivo regista continuamente a duração, não é isolável artificialmente, ao sabor dos caprichos da nossa percepção ou da metodologia da nossa ciência.

Foge aos *estados*, aos factos, seguindo no fluir da tendência que o impele, aprendendo sempre e sempre no desejo da mudança formal ao longo da duração que o gasta. É este impulso, este «élan», já actuante no embrião,

que marca a evolução vital como continuação insensível da mudança de forma e a explica melhor do que tódas as teorias mecanistas que deram as tentativas explicativas de Le Dantec.

A vitalidade só pode confundir-se com as fôrças físicas num ponto de tangência, quando supomos parado o movimento gerador da curva biológica.

Esta tangência proporciona sobretudo certos aspectos de catagenese, até onde têm subido as explicações mecanistas; como as modificações protoplásmicas provocadas, ou as inconfirmadas esperanças de atingir no laboratório pelo menos o limiar da vida, nos seus aspectos mais simples de quimismo aparente. Os métodos da inteligência não apreendem a diferença que a acção da consciência marca sobre a matéria em que actua.

A actividade funcional do ser vivo, não permite que sobre êle se organizem os sistemas artificiais que a inteligência tão fecundamente aplica no estudo do fenomenismo material. A sua espontaneidade impede as previsões finalistas deduzidas como um teorema geométrico, desenvolvendo-se ao longo dum tempo que não actua, espécie de «roi faineant», ao longo do qual o mundo se vai deduzindo, fatal e inflexivelmente, a passo prussiano, igual, de parada. As representações que a inteligência fornece quando projectada sobre a complexidade vital, são como que projecções planas duma realidade que tem relêvo e profundidade.

A-par das representações intellectuais claras, das evidências racionais cartesianas, temos franjas de representações confusas. São aquelas para as quais a inteligência não foi feita. São representações intuitivas, desprevenidas, colhidas no que nos resta de intuicionismo ingénuo, dando-nos a visão rápida e fugaz da solidariedade de tódá a actividade vital. Fazendo-nos ver as diferenças de quantidade e o aperfeiçoamento duma substância comum, que se insinua no inerte, no que, sem história, margina a duração e assenta no tempo inactuante. Que o traz para dentro da duração concreta, fazendo-o viver, porque o pensa. Que nos mostra os graus dum processo vital uno, indiviso, onde a inteligência, o instinto, o torpor vegetal, representam direcções diferentes, regatos que se espraíam, abrindo em deltas caprichosos, emanados da mesma corrente comum, insinuando-se em ritmos diversos, galgando obstáculos diferentes, desaparecendo, hesitando, parando aparentemente, mas na realidade dotados duma vontade tenaz que vai incansavelmente lançando a indeterminação, a escolha, a liberdade, no mundo cego e fatal da matéria.

O judeu Bergson pode tirar da sua explicação vitalista, uma simbólica cristã.

O pensar da matéria pelo espírito, tem alguma cousa da Encarnação.

A trilogia da Inteligência-Instinto-Torpor vegetal, daria uma Trindade. Três pessoas distintas, uma só verdadeira — o «élan» vital.

EUGÉNIO ARESTA.

VALES DE ANCÊDE

Ao espírito de Vila-Moura.

Ó paragens das trágicas montanhas,
Dos abismos medonhos!

Onde, grave e sombria, a natureza
Ergue seus fundos sonhos.
Onde, às horas estranhas,
Desce o mistério do ar,
E os homens quedam a cismar,
Aureolados de fatal beleza . . .

Ó paragens das noites embruxadas,
Onde as ferventes águas a rolar
Memoram os destinos lastimosos
De almas precipitadas! . . .

Ó paragens dos ventos amorosos . . .

Ó penedias
Coloridas do luar.
Fantástico arvoredos
Onde dormem o amor e o seu segrêdo.

Estância onde, sonâmbulos, os dias
Se esquecem a sonhar
Perdidos ideais.

Altas paragens, onde, às horas roxas,
Quando o Douro enlouquece contra as rochas,
Crescem azuis penumbras das montanhas
E se levantam gritos,
Dilacerantes ais!

Aqui, tôrvos delitos,
Ignotas sanhas,
Irrompem numa febre de ansiedades! . . .

Ó paragens das grossas tempestades,
Do convulso clamor!
— Cóleras de águas,
Gemidos de arvoredos
Chorando eternamente fundas mágoas,
A noite dos degredos,
Mais a noite do amor!

Tôrre de Pôrto-Manso, 15 de Abril de 1930.

JOÃO ALVES.



UMA DINASTIA DE CERAMISTAS

Elementos para a história das fábricas de loiça de Massarelos,
Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade

«The skill of the artist, and the perfection of his
art, are never proved until both are forgotten.»

Ruskin.

O título que dei a este estudo foi-me sugerido por uma passagem do prestante trabalho do Sr. Dr. Pedro Vitorino, intitulado «Cerâmica Portuense» (Estudos Nacionais — Pôrto, 1930) onde se diz, a-propósito da morte de Francisco da Rocha Soares, filho: «O último ceramista da *dinastia dos Rochas* finava-se em pleno vigor da vida, aos 51 anos».

De facto, durante mais dum século, membros de cinco sucessivas gerações da família *Rocha* não só se dedicaram à indústria cerâmica no Pôrto e em Gaia, como exerceram, a meu ver, a mais decisiva influência na expansão e alto grau de perfeição que esta atingiu, havendo tido ingerência nas quatro principais fábricas — Massarelos, Miragaia, Cavaquinho e Santo António do Vale de Piedade. Assim, Francisco da Rocha Soares, pai, explorou desde 1819 a 1829, além da sua fábrica de Miragaia, a de Massarelos (gerida por seu sobrinho João da Rocha e Sousa e depois por Francisco de Sousa Galvão) e a de Santo António do Vale de Piedade, de 1824 também até 1829, data do seu falecimento.

Em 1845 vemos João da Rocha e Sousa, sobrinho do primeiro Francisco da Rocha Soares, dono da fábrica de Massarelos e arrendatário da do Cavaquinho e em 1861 é um seu sobrinho-neto, Francisco Gomes Pereira, quem, após o falecimento de João de Araújo Lima, vai administrar a fábrica de Santo António.

João da Rocha e Sousa comprou a fábrica de Massarelos a seu sobrinho por afinidade Domingos Ferreira da Silva Guimarães, 2.º neto do fundador Manuel Duarte da Silva e deixando-a em testamento a seus sobrinhos D. Leonor Augusta da Rocha Borges e António Rodrigues de Sá Lima; ainda ela chegou a ser explorada pelos dois filhos deste matrimónio, António Rodrigues de Sá Lima e João da Rocha e Sousa Lima. Contando com Francisco da Rocha Soares, pai, atingimos, assim, a quinta geração desta *dinastia* de ceramistas, verificando que, afinal, ela não se extinguiu com o falecimento de Francisco da Rocha Soares.

Esta espécie de monopólio familiar da indústria cerâmica portuense deve ter dado lugar a uma certa uniformidade nos processos de fabrico, composição de pasta e tintas, intercâmbio de artistas ⁽¹⁾ e até, talvez, de moldes, o que faz com que hoje, na análise de peças não marcadas, surjam hesitações na respectiva classificação.

Do grau de desenvolvimento e perfeição do fabrico que chegou a atingir a faiança fina do Pôrto é sobeja prova o documento seguinte, pelo qual se vê que de 1785 a 1789 (quando ainda não existia a Fábrica de Santo António do Vale de Piedade) ⁽²⁾ se exportaram para a América 83.205 dúzias de peças e 2.541 caixas de loiça, que os extensos armazéns estavam *atacados*

(1) São inconfundivelmente, da autoria do mesmo artista-pintor, além das peças que apresento sob n.ºs 1 e 2, o prato reproduzido pelo Dr. Luiz de Oliveira a págs. 176 e estampa 46 do seu trabalho: «Exposição Retrospectiva de Cerâmica Nacional em Viana do Castelo no ano de 1915» e que tem a inscrição: «R. Fama do Cavaquinho», as restantes peças da estampa 46, sem marca, e os três pratos da estampa 47 da mesma obra, a bacia e jarro (estampa G 95), os pratos das estampas G 98 e G 99 e o prato (estampa G 102) pertencente ao Museu Nacional de Arte Antiga e que ostenta a inscrição: «Na Real Fábrica do Cavaquinho, Pôrto», peças estas apresentadas por José Queiroz, na sua «Cerâmica Portuguesa» — Lisboa 1907.

O Sr. Álvaro Costa possui um prato que também podemos, afoitamente, atribuir ao mesmo artista que pintou as peças antecedentes. Tem no centro, num oval cercado de atributos guerreiros e ladeado por duas figuras, um soldado e um gentilhomem, o retrato de Frederico Josias, Duque de Saxe-Coburgo, comandante em chefe do exército austríaco dos Países Baixos, e a seguinte inscrição:

«FRIDERICH JOSIAS
PRINCEPS DE SACHSEN COBURG
S. C. R.: AP. MAIEST GENERALIS
SUPREMUS CAMPI MARECHALHIS
VICIT GALOS
PROPE ALDENHOVEN
I MART 1793.»

No alto um sol radiante, tendo no centro as iniciais entrelaçadas F. S. C.

Pintura policroma, com desenho dos contornos, parecendo ser cópia de alguma gravura da época. Nesta peça, bem como noutras que teremos ocasião de apresentar, o artista cometeu não só erros de ortografia como de redacção, de que por certo não enfermava o modelo.

A batalha de Aldenhoven representa uma das poucas vitórias que os aliados obtiveram contra a França do Terror, o que me leva a supor que o prato em questão manifesta uma discreta exteriorização dos sentimentos francóforos do artista ou do freguês.

(2) Agostinho Rebelo da Costa, na «Descrição topográfica e histórica da cidade do Pôrto», publicada em 1789, aludindo às fábricas de loiça fina, diz que existiam então no Pôrto, «quatro grandes fábricas, bastantes a proverem huma grande parte do Reino, e das suas conquistas». Como, então não existia, ainda a Fábrica de Santo António do Vale de Piedade, devia referir-se às de Massarelos, Miragaia e às duas do Cavaquinho (faiança e pó de pedra).

de caixas marcadas e numeradas para embarque, além de muita outra loiça avulsa e que as fábricas do Pôrto haviam conseguido levar as suas manufacturas ao ponto de perfeição das estrangeiras, podendo concorrer com elas em igualdade de circunstâncias :

Consulta

Sobre o requerimento de João da Rocha (1) e outros Proprietarios de diferentes Fabricas de Louça fina estabelecidas na cidade do Porto, que pertencem izenção de Direitos de Entrada na America para as ditas manufacturas.

Senhora — Representão a Vossa Magestade João da Rocha, e outros Proprietarios de diferentes Fabricas de Louça fina estabelecidas na Cidade do Porto, que tendo empregado os seus cabedaes no refferido estabelecimento e conseguido por meio de inumeraveis fadigas a perfeição desta manufactura, com aproveitamento de muitos operarios, que nella se empregão, he tal o progreço e laboração das mesmas Fabricas, que provendo toda aquella Provincia, e suas circumvisinhanças, não podem ainda dar consumo a toda a Louça, que fabricão, achandose porisso os recurrentes com hum empate concideravel, e na indispençavel necessidade, de a fazerem navegar por sua conta para as Conquistas de Vossa Magestade onda vay igualmente sofrer a mesma falta de extracção por cauza dos avultados Direitos, que se lhe carregão nas Alfandegas ultramarinas; e nestas circumstancias, não podendo subsistir as refferidas Fabricas, sem que Vossa Magestade as patrocine com as Providencias, de que necessitão. Pedem, portanto a Vossa Magestade haja por bem de izentar as sobreditas manufacturas de todos os Direitos que pagão por entrada na America, da mesma forma, que são izentas muitas outras manufacturas nacionaes.

Sobre este Requerimento, mandou a Real Junta informar o Dezembargador Superintendente das Alfandegas do Norte interpondo o seu parecer, o qual expoz na sua informação, que todos os factos alegados pellos recurrentes alem de serem notorios se achavão comprovados pelo Sumario de testemunhas a que tinha procedido.

Que já no anno de 1770 tomando Vossa Magestade em concideração o grande empate que havia na Real Fabrica de Louça foy servida por Alvará de 7 de Novembro do dito anno, conferir indestintamente a todas as Fabricas de semelhante Natureza a izenção de Direitos por sahida, prohibindo a entrada de toda a Louça de fora do Reino á excepção da que viesse da India e da China em Navios Portugueses, e que achandose agora derogada esta prohibição se fazião mais urgentes os motivos para a concecção da Graça pedida, pois que sem a izenção de Direitos por entrada na America não poderá a Louça nacional concorrer com a Estrangeira.

(1) João Bento da Rocha, proprietário da fábrica de Miragaia.

Alem desta informação, mandou igualmente a Real Junta sobre outra identica representação dos mesmos recurrentes, que o Juiz da Alfandega de Lisboa, digo da Alfandega do Porto, informasse com individuação quais erão os Direitos que paga a Louça fina e qual he a sua regular exportação; em consequencia do que expôs o ditto Juiz, que sendo toda a Louça nascional izenta de Direitos de sahida pela generica disposição do sobredito Alvará de 7 de Novembro de 1770, era constante pagar por entrada nas Alfandegas da America 10 por cento da dizima, e vinte por cento de Donativo, deduzidos das execivas avaliações, que lhe fazem nas ditas Alfandegas segundo o preço commum da Terra:

Que a regular exportação da Louça Fabricada naquella cidade, e remetida para os Portos da America Portugueza onde tem o seu principal consumo, constava pello mapa que offerencia extrahido dos Livros d'Alfandega mostrandose que nos cinco annos successivos de 1785 athe 1789 se exportarão 83.205 duzias de pessos de Louça alem de 2.541 caixas:

Que nesta interessante manufactura se occupavão mais de cem operarios nas Fabricas dos recurrentes, sustentando as suas familias do seu louvavel trabalho.

Que o empate de que os recurrentes se queixão alem de ser publico por noticias vindas da America era manifesto a elle Juiz informante pela ocular averiguação que fizera nas Fabricas dos recurrentes onde vira extenços armazens atacados de Caixas, marcadas, enumeradas, para embarque por conta dos seus Proprietarios, alem de outra muita louça que existia avulça, para encaixotar.

Á vista pois das refferidas Informaçoes reconhecendo este Tribunal que aquellas Fabricas forão estabelecidas com avultados fundos dos recurrentes, que não só os empregarão em utilidade publica, mas trabalharão, e conseguirão levar as suas manufacturas ao ponto de perfeição das Estrangeiras, para concorrerem com ellas em iguais circunstancias.

E conciderando outro sim o mesmo Tribunal, que augmentando-se precisamente nos Portos do Brazil, o consumo da Louça pelo beneficio da pretendida Izenção lucrara muito mais a Real Fazenda nos direitos que hão de pagar os frutos, que se exportarem para este Reino em retorno do valor da mesma Louça e que Vossa Magestade em comtemplação destes motivos de publica utilidade foy servida de conceder as mesma izençoens á Fabrica dos Vidros da Marinha Grande, e a outras muitas manufacturas Nacionaes.

Parece á Real Junta em attenção a todo o refferido, e aos grandes frettes, que paga este genero nos transportes para a America, por causa do seu grande volume, que Vossa Magestade seja igualmente servida de conceder ás Fabricas de Louça, alem das outras izençoens de que já gozão, a izenção de Direitos por entrada nas Alfandegas ultramarinas, qualeficando-se as suas manufacturas perante este Tribunal, na forma que se acha estabelecido, afim

de se evitar qualquer descaminho, que possa haver em contravenção das Ordens de Vossa Magestade comprehendendo-se na sobreditta Graça, não só as Fabricas de Louça que já se acharem estabelecidas, mas ahinda aquellas que se houverem de estabelecer em iguaes circumstancias debaixo das competentes Liçenças.

Vossa Magestade com tudo mandará o que fôr servido.

Real Junta de Commercio em 25 de Fevereiro de 1793.

Resolução

Como parece; reduzindo-se os Direitos por Entrada a meyo Direitos. Nossa Senhora da Ajuda 4 de Março de 1724. — Com a rubrica do Principe Nosso Senhor.» (1)

Respigando preciosos elementos dos trabalhos publicados pelos ilustres ceramógrafos Dr. Joaquim de Vasconcelos (2), José de Queiroz (3), Dr. Luiz de Oliveira (4) e Dr. Pedro Vitorino (5), atrevendo-me a rectificar-lhes um ou outro ponto de somenos importância e acrescentando-lhes o resultado das minhas investigações, pretendo apenas, contribuir com algumas novas achegas para a história definitiva da tão interessante e, outrora próspera, indústria cerâmica do Norte, julgando, também, com a apresentação e reprodução de algumas peças inéditas, indicativas de um elevado grau de perfeição no fabrico e de arte na decoração e colorido, poder reivindicar para ela o lugar que lhe compete dentro do quadro geral da indústria nacional, sobretudo nos fins do século XVIII e princípios do XIX.

Tratarei separadamente das cinco fábricas, as mais importantes do Pôrto, em que os Rochas tiveram ingerência; não tencionava referir-me às do Cavaquinho, visto o Sr. Ramiro Mourão de há muito projectar estudá-las; a extrêma gentileza dêste amigo, cedendo-me tôda a documentação e notas que sôbre elas possuía, fêz com que eu pudesse completar a presente monografia, pelo que lhe deixo aqui consignados os meus desvanecidos agradecimentos.

(1) Livros de Registo Geral compreendendo consultas, decretos, alvarás, avisos, etc. Índice da Junta do Comércio. — Arquivo Nacional da Torre do Tombo, livro 128, fôl. 166 verso e seguintes.

(2) *Revista da Sociedade de Instrução do Pôrto*: notas sôbre as fábricas de cerâmica do Pôrto (1882) — *Cerâmica Portuguesa. Subsídios históricos* (1883) — *A Exposição de Cerâmica* (1883).

(3) *Cerâmica Portuguesa* — Lisboa, 1907.

(4) *Exposição retrospectiva de Cerâmica Nacional em Viana do Castelo no ano de 1915* — Breves estudos — Pôrto, 1920.

(5) *Cerâmica portuense* — Estudos nacionais — Pôrto, 1930.

FÁBRICA DE MASSARELOS

Queiroz aventa a hipótese de esta fábrica ter sido erigida anteriormente a 1738 ⁽¹⁾, data de fundação que geralmente lhe é atribuída.

Numa certidão da 1.^a secção da 2.^a Conservatória do Registo Predial do Pôrto, passada a 4 de Abril de 1925, faz-se referência ao empraçamento feito a 20 de Novembro de 1766 ao fundador da fábrica, Manuel Duarte da Silva, do terreno chamado «o enxido do Almeiar» em Massarelos, citando-se a escritura lavrada nessa data nas notas do tabelião António Lopes Coelho, escritura que, por sinal, não encontro lançada no livro respectivo, arquivo do Dr. Ponce de Leão ⁽²⁾, e outra de 22 de Maio do mesmo ano, lavrada nas notas do tabelião Manuel Vieira da Silva, a fl. 25 do livro n.º 611, arquivo do Dr. Mário Lima ⁽³⁾.

Ora, se o empraçamento do *terreno* onde a fábrica veio a ser construída foi feito em 1766, não podemos, evidentemente, atribuir-lhe uma data de fundação anterior ⁽⁴⁾.

Manuel Duarte da Silva, seu erector, era natural de Guimarães e dirigiu-a até 1786, data do seu falecimento; seguiu-se-lhe seu genro ⁽⁵⁾ Domingos Ferreira da Silva Guimarães, Cavaleiro de Cristo, viúvo de Quitéria Rosa Felizarda da Silva. Pelo inventário a que se procedeu em 1776, por ocasião do falecimento desta senhora, vemos que Domingos Ferreira da Silva Guimarães era sócio do sogro e que a fábrica, casas e terrenos haviam sido dados em dote à mulher; (escritura de 30 de Abril de 1774, tabelião José Luiz Coelho de Almeida).

«Primeiramente declarou elle viuvo Inventariante, que juntamente com a defunta sua mulher, sendo viva, pe subião a sua propriedade, que consta de hũ nobre edificio composto de cazas sobradadas, para vivenda; com tres sobrados, para a parte do Rio Douro, com, alas, e quartos, e vistas apraziveis com seu quintal, e fonte de agoa dentro, armazens, Tilheiros, Fornos, e Tanques, em que esta estabelecida a Fabrica de Lousa fina; e todas as suas pertensas, tudo isto neste lugar de Sobre Douro; freguezia de Nossa Senhora da Bom a Viagem; do lugar de Massarellos cuja propriedade

(1) Queiroz, log. citado, págs. 110 (nota) e 112.

(2) Actualmente integrado no Arquivo Distrital.

(3) Actualmente integrado no Arquivo Distrital.

(4) Em 1772 pediu Manuel Duarte da Silva licença para vedar o terreno que se achava baldio entre o cais e o caminho chamado Sôbre-o-Douro.

(5) E não filho, como até agora se tem afirmado.

he de natureza de prazo factuozim perpetuum forreira a Insigne Colegiada de São Martinho de Cedofeita; a quem se paga de renda, foro, e penção em cada hũ anno mil e seiscentos reis; cuja propriedade foi avaliada pellos louvados no tempo presente, e no estado em que se acha com seu oratorio, e salas pintadas, e forradas de papeis com seus fornos tilheiros, tanques de coar barro, e todos os mais matriaes da manufactura de Loussa, na quantia de Seis contos de reis.»

Silva Guimarães pouco sobreviveu ao sogro, pois veio a falecer em 1788, deixando um filho único, de menor idade (nascido em 1775), e que se chamava Manuel Duarte da Silva, como o avô materno; no seu testamento feito a 11 de Junho de 1788, o pai confiou a sua tutela a Nicolau Joaquim Pereira, sobrinho por afinidade de Francico da Rocha Soares.

Durante a menoridade de Manuel Duarte da Silva teria a fábrica sido gerida pelo tutor ou por Rocha Soares? (1) Não me foi possível esclarecer este ponto, nem julgo que tal possa vir a suceder, visto que o arquivo desta fábrica desapareceu no incêndio que a destruiu em 1920.

Por uma carta de 21 de Maio de 1825, dirigida por Manuel Duarte da Silva (2) ao Escrivão da Mesa da Confraria do SS. Sacramento de Miragaia, António Francisco Carvalho Guimarães, vê-se que êle, desde 1807, lutava com sérias dificuldades financeiras: «.....as minhas tristes e criticas circumstancias desde 1807, exacerbadas cada vez mais pelas geraes e politicas, que p.^r desgraça tem tido lugar desde então, me tem reduzido a apuro tal, que não obstante o sujeitar-me ha annos a fazer vontades, e a assiduo trabalho, he só com rígida economia, e m.^{mo} te mesquinhez que tenho podido ocorrer á indispensavel sustentação de minha numerosa familia e sua educação, o que sendo assás notorio o não ignora a Mesa, pois que todos os seus respeitaveis Membros assás me conhecem, e alguns m.^{to} de perto por me serem conjunctos.....»

Em 1807, Francisco da Rocha Soares executou-o, penhorando-lhe vários bens móveis, que lhe foram adjudicados; em 1824 cedeu porém todos os direitos que por sentença lhe haviam sido transferidos sobre êsses bens a D. Ana Ermelinda de Sousa e Silva, mulher de Manuel Duarte da Silva, conforme o seguinte documento que se encontra junto ao processo:

(1) Durante êste período foi operário categorizado da fábrica António Monteiro Cantarino, que, parece também trabalhou na do Cavaquinho, e finalmente foi fundador e proprietário da do Carvalhinho, onde gravou as chapas em cobre para estampagem (transfer prints), as primeiras que se fizeram no nosso País.

(2) Manuel Duarte da Silva foi Quartel Mestre do Corpo de Voluntários Reais da Cidade do Pôrto (Patente de 4 de Novembro de 1811).

«Attendendo ao mui conjuncto Parentesco q̃ ha entre minha
 «m.^{er} D. Roza Raym.^{da} Per^a da Rocha Soares, e Manoel Duarte S^a
 «cazado com D. Anna Ermelinda de Souza S^a, e outro sim ao bom
 «comportamento desta, e a descencia com que sempre se tratou, e a
 «deversa fortuna, e numerosa familia q̃ áfligem Cedo-nella todo o
 «direito e acção dominio e posse que por virtude desta Sn.^{ca} me
 «foi transferido, e eu adequeri nos trastes, e moveis constantes nella
 «para q̃ am.^{ma} de tudo livrem.^{te} possa usar como seu só proprio e
 «particulares q̃ desde a dacta desta em diente fica sendo, e para de
 «tudo livrem.^{te} dispor como seu, e particulares, e como bens propios
 «de seu dote. Porto 4 de Agosto de 1824 quatro — (a) Francisco
 «da Rocha Soares»

Tão «tristes e críticas circunstâncias» devem ter influído para que Manuel Duarte da Silva arrendasse a fábrica a Francisco da Rocha Soares, pai; José Queiroz e os Drs. J. de Vasconcelos e Pedro Vitorino dão este arrendamento como tendo sido feito em 1829 e o Dr. Luiz de Oliveira em 1824; pelos seguintes recibos relativos a fornecimentos feitos à Confraria do SS. Sacramento de Miragaia vê-se, porém, que esse contrato é de data anterior, se, como julgo, João da Rocha e Sousa e Francisco de Sousa Galvão geriram a fábrica como delegados de Rocha Soares:

«PORTO 20 DE JANEIRO d'1819

A CONFRARIA DO SS. SACRAMENTO DE MIRAGAIA DEVE

Pello Im.^{te} de 24 Talhas para o Trono a. 240 5\$760

R.^{ci} o im.^e da Conta asima em Metal

Porto 12 de Julho de 1819

(a) *João da Rx^a e Souza.*»

«PARA A ADMINISTRAÇÃO DA CONFRARIA DO SS. SACRAMENTO DE MIRAGAIA

P^r 36 Talhas para flores 280 10\$080

1 caneca grande 600

Rs. . . . 10\$680

Recebi os dés mil seicentos e oitenta reis em dr^o de metal, pr mão do Snr. João Franc^o d'Assis — Porto 19 de Maio de 1824

Pello Snr. João da Rocha e Sz^a

(a) *Francisco de Sz^a Galvão.*»

O SNR. MANOEL JOSÉ DA ROCHA PEREIRA COMO THEZOUREIRO DA CONFRARIA
DO SS. SACRAMENTO DE MIRAGAIA

P^r 12 Jarras para flores 300 3\$600

R.^{ci} o im.^{te} desta conta em dr^o de metal

Porto 20 de Janeiro de 1827

(a) *Francisco de Sz^a Galvão.*»

Francisco de Sousa Galvão que, em 1824, assinava como procurador de João da Rocha e Sousa, já em 1827 não indica essa qualidade, o que me leva a crer, como já disse, que ambos eram empregados de Rocha Soares (1), sendo a exploração da fábrica feita por conta dele, o que deve ter sucedido até à data do seu falecimento, em 1829. Pela seguinte declaração escrita na primeira página dum pequeno livro, hoje na posse do Sr. Armando Couto, vemos que em 1830 e ainda em vida de Manuel Duarte da Silva, a fábrica constituía propriedade das filhas e do filho Domingos Ferreira da Silva Guimarães que a administrava como gerente da firma «Silva Guimarães & Irmãs». E vemos, mais, que o seu financiamento estava a cargo de Henrique Riesenberger, que supponho nela também teria tido qualquer interferência de ordem técnica:

«Declaramos que o nosso Irmão Domingos Ferr^a da S^a Guimarães está incumbido d'Administração da nossa Fabrica de Louça cita em Massarellos, e por esta o authorisamos para debaixo da firma Silva & Guimarães & Irmãs poder passar tôdas as clarezas que forem necessárias, e o Illm^o Snr. Henrique Riesenberger exigir, de toda e qualquer quantia que o mesmo Snr. adiantar para o Laboratorio da sobredita Fabrica de Louça que nos obrigamos a levar em conta, ficando a dita Fabrica hypothecada ao pagamento de todo e qualquer adiantamento que o mesmo Snr. fizer sendo o dito nosso Irmão obrigado a prestar-nos contas da sua Administração e dispendio dos dinheiros recebidos e para clareza passamos a presente que assignamos.

Porto 20 de Fevereiro de 1830

(aa) *Maria Adelaide Clotilde Xavier*
Maria Tereza de Sz^a e S^a
Maria Jeronima de Sz^a e S^a
Maria Carolina Augusta»

(1) Dr. P. Vitorino, log. citado, pág. 32, nota I.

Seguem-se no mesmo livro vários lançamentos em forma de recibo, das quantias entregues por Riesenberger, na importância total de 1.009\$600 réis, sendo o último de 22 de Março de 1831.

Em 1845, ano do falecimento de Manuel Duarte da Silva, o filho Domingos Ferreira da Silva Guimarães, vendeu a fábrica a seu tio por afini-



JOÃO DA ROCHA E SOUSA

Quadro a óleo, assinado «J. Stewart-1866», pertencente
ao Sr. Ernâni Rodrigues de Sá Lima

dade João da Rocha e Sousa ⁽¹⁾, o mesmo que, como vimos, já anteriormente a gerira. Êste, por sua morte, em 1870, deixa como herdeiros testamentários da fábrica seus sobrinhos D. Leonor Augusta da Rocha Borges e marido

(1) A 21 de Janeiro de 1870 apresentou João da Rocha e Sousa para registo na Conservatória respectiva: um prédio composto de uma antiga casa de habitação, de diversas oficinas, fornos, quintal e outras dependências em que laborou e funcionou a

António Rodrigues de Sá Lima ⁽¹⁾; em 1873 passou a exploração a ser feita, por contrato de arrendamento de 8 de Setembro de 1873 (tabelião António Ferreira da Silva Barros), pelos dois filhos deste matrimónio António Rodrigues de Sá Lima e João da Rocha e Sousa Lima, sob a firma Sá Lima & Irmão, sociedade constituída por escritura de 8 de Setembro de 1873, (tabelião Barros), e que se dissolveu em 1878, ficando o primeiro com a exploração da fábrica arrendada e o segundo com a do forno de cal na Quinta Sêca, na encosta sobranceira à fábrica ⁽²⁾. (Escritura de 30 de Janeiro de 1878, L.º n.º 563, notas do tabelião Emílio Alberto da Rocha Andrade). Nesta escritura vem transcrito o inventário das louças e materiais em ser, dívidas activas e passivas ⁽³⁾.

Em 1886 foram feitas grandes obras no prédio da fábrica, sendo então construída a fachada para o lado do rio ⁽⁴⁾. Em 1889 passou a exploração

«Fábrica de Louça de Massarelos com água de bica que lhe vem de um prédio próximo e fronteiro pertencente a José Cardoso de Lucena Ferraz e forma um todo que confronta do Norte com a rua da Restauração para onde tem o número cento e vinte-e-dois, do Sul com o Cais das Pedras para onde tem o número cinqüenta-e-um (e foi número cinqüenta-e-seis) do Nascente com escadas e viela que vai da rua da Restauração para o Cais das Pedras e do Poente com Ana Lagarinho», prédio de natureza de prazo foreiro à extinta Colegiada de Cedofeita e descrito na Conservatória respectiva no livro B 45 a fl. 80, sob o n.º 10.556. Foi registado provisoriamente em 23 de Novembro de 1875 e definitivamente a 10 de Dezembro do mesmo ano.

(1) António Rodrigues de Sá Lima, João do Rio Júnior, Tomaz Nunes da Cunha, João Nunes da Cunha e Ângelo da Silva Macedo compraram a 8 de Fevereiro de 1871 a António da Silva Nicolau a fábrica de louça da Afurada (tabelião Pedro Elísio Freire Temudo, L.º 36, f.º V) que venderam em 4 de Outubro de 1872 a João Henrique Andresen (tabelião António Ferreira da Silva Barros, L.º 597, f.º 65). António da Silva Nicolau havia comprado esta propriedade a José Augusto Cardoso de Castro a 18 de Setembro de 1860.

(2) No contrato de arrendamento, que foi feito em 1882, estipulava-se que este não abrangia o quintal e casa de habitação que para a rua da Restauração tinha o n.º 122, por baixo da qual existia parte da fábrica, nem as casas que estavam por cima das Azenhas da rua dos Moínhos.

(3) Em 1881, a fábrica tinha um forno onde se cozia faiança de uso doméstico, azulejo e vários artigos de ornatos de casas e jardins. Ocupava 43 operários, dos quais 12 rapazes; os homens venciam de 360 a 700 rs. e os rapazes de 100 a 160 rs. Os tanques ocupavam 3 pessoas, o forno 5, os tornos 15, a pintura 17 e os restantes serviços 3. Como dependência possuía o proprietário um moíno com duas rodas hidráulicas tocadas pelo ribeiro de Vilar e que moíam o vidro para esta e outras fábricas. O capital era de 8 contos e a produção estava orçada em 15, havendo consumo activo e pronto para os produtos. Os barros vinham de Lisboa, do lugar dos Prazeres e eram doseados com metade de barros de Avintes.

(Relatório apresentado ao Ex.º Sr. Governador Civil do Distrito do Pôrto, Presidente da Comissão Distrital do Inquérito às Indústrias pela Sub-Comissão encarregada das visitas aos estabelecimentos industriais.

Pôrto — Tip. de António José da Silva Teixeira — 1881).

(4) A entrada para a fábrica era então pelo Cais da Alfândega n.º 56.

a ser feita pela viúva de João da Rocha e Sousa Lima, D. Clementina Vieira da Costa e seu segundo marido Álvaro Arnaud; em 1892 foi a fábrica arrendada a Francisco Ferreira Rebelo; D. Clementina e seu marido foram então montar outra fábrica de louça também na rua da Restauração, num prédio quasi fronteiro à Igreja de Massarelos, fábrica com apetrechamento moderno e que passou a ser conhecida pela «Fábrica Nova do Arnaud» (1), tendo tido porém, vida efémera e difícil, fechando em 1895. Além de louça de uso doméstico, de faiança, tipo inglês, manufacturou peças decorativas, vidradas, e não vidradas, como pratos ornamentais comemorativos do Centenário do Infante D. Henrique e que têm a marca por incisão «Arnaud» (2).

De 1895 a 1900 esteve fechada a antiga fábrica de Massarelos, sendo neste ano arrendada pelos herdeiros de D. Leonor Augusta da Rocha Borges (D. Leonor Margarido Pacheco, Hernâni Rodrigues de Sá Lima, D. Leonor de Lima Romariz, D. Maria Augusta de Lima Tavares, D. Maria Albertina Vieira da Costa Lima, D. Elsa Vieira da Costa Lima, D. Laurinda Vieira da Costa Lima e Gilberto Vieira da Costa Lima), pelo prazo de 15 anos, a João Regis de Lima, de Lisboa (escritura de 1 de Agosto de 1900 — notas do notário Maia Mendes).

A 31 de Junho de 1901, por escritura lavrada em Lisboa (notário José Maria Barcelos Júnior), Regis de Lima transferiu o arrendamento para William Mac Laren, antigo mestre da Fábrica de Sacavém, que, a 9 de Novembro do mesmo ano, por escritura lavrada nas notas do Dr. António Mourão, constituiu uma sociedade comanditária simples com Archibald James Wall, Charles Frederick Chambers, Alberto Henrique Andresen, Francis Errington Dawson e Manuel da Silva Cruz, sob a firma «Maclaren Wall & Comandita» com o capital de 27.000\$000 rs., destinada a «explorar uma fábrica de louça sita em Massarelos desta cidade, produzindo e vendendo os artigos fabricados». Com a constituição desta sociedade entra a fábrica de Massarelos numa nova fase de prosperidade e de grande desenvolvimento industrial, produzindo louça de faiança tipo inglês, em geral estampilhada.

Por escritura de 26 de Abril de 1904 (notário Dr. Mourão, livro 787, fº 35 V) foi esta sociedade transformada numa sociedade por quotas constituída pelos mesmos sócios com a designação de «Empresa Cerâmica Portuense, Limitada», sendo o capital elevado a 75.000\$000 rs. e destinada a explorar a fábrica de Massarelos e outras, como o fez na de Romariz, em Quebrantões do Norte, e à «exploração e fabrico de outros artigos cerâmicos».

(1) Alvará de 19 de Setembro de 1892. O processo respectivo tem apenas a planta baixa da fábrica (Arquivo do Governo Civil do Pôrto).

(2) Foram modelados por Rodolfo Amsink Allen, então aluno da Escola de Belas Artes. Êste amador modelou várias outras peças e pintou, também, alguma louça decorativa na referida fábrica. (Vidé Suplemento ao grupo 16-A do Cortejo Henriquino por Zig-Zag — Pôrto — Maio 1894 — pág. 46).

Por escritura de 24 de Março de 1906 (fº 12 V do livro 799 de notas do Dr. António Mourão), Wall, Andresen e Francis Dawson cederam, respectivamente, 5.000\$000 rs. de cada uma das suas quotas a George James Lind, Guilherme Henrique Andresen e Manuel José da Silva Couto; pela falência de William Mac Laren foi a respectiva quota arrematada em praça judicial a 13 de Julho de 1908, por Archibald J. Wall.

A 9 de Novembro de 1911 (mesmo notário, fº 94 do livro 830) Charles Frederick Chambers adquiriu as quotas de Francis e Errington Dawson e, a 21 de Dezembro do mesmo ano, a de Manuel da Silva Cruz (mesmo notário, fº 59 do livro 831). Na mesma data (livro e fº citados) Charles John Chambers adquiriu as quotas de Alberto H. Andresen e de Guilherme H. Andresen, sendo, a 18 de Setembro de 1912, lavrada a escritura de dissolução e liquidação da Empresa Cerâmica Portuense, Limitada (notário Dr. Mourão, fº 59 do livro 856) e na mesma data (livro citado, fº 61) a de constituição de uma nova sociedade em nome colectivo sob a firma Chambers & Wall, com o capital de 70.000\$000 rs., constituída por Archibald James Wall, Charles Frederick Chambers e Charles John Chambers, destinada a «explorar as fábricas de produção e depósitos de artefactos, na Rua da Restauração e no lugar de Roriz ou Quebrantões do Norte» (¹). Esta firma explorou a fábrica de Massarelos até 1920, ano em que um grande incêndio a destruiu totalmente.

Anteriormente, em 5 de Março de 1914, fôra lavrada nas notas do notário Dr. Mourão (livro 846, fº 28) uma escritura de arrendamento e promessa de venda da fábrica de Massarelos; nela outorgaram como vendedores: D. Leonor Lima Pacheco e marido Dr. António Joaquim Margarido Pacheco; D. Júlia Adelaide Monteiro de Sá Lima, como procuradora de seu filho Hernâni Rodrigues de Sá Lima, ausente no Brasil, e de seu genro Artur Ricardo dos Santos Romariz, D. Leonor Lima Romariz casada com o referido Artur Romariz, D. Maria Augusta Lima Tavares e seu marido António Maria Tavares Júnior, Gilberto Vieira da Costa Lima por si e como procurador de seu cunhado e irmã, Narciso Ricardo dos Santos Romariz e D. Maria Albertina Vieira da Costa Romariz, D. Elsa Vieira da Costa Lima e D. Laurinda Vieira da Costa Lima. Como arrendatário outorgou Archibald James Wall, na qualidade de sócio gerente e em nome da firma Chambers & Wall. Na condição 9.ª desse contrato estabelecia-se o seguinte:

«No caso de incêndio destruir as edificações no seu todo ou numa parte igual ou superior a dois têtços não se procederá à reconstrução e antes receberão os senhorios a indemnização que pelas Companhias seguradoras fôr paga, devendo nessa ocasião a arrendatária comprar e pagar o terreno e os

(¹) A 10 de Março de 1913, Chambers & Wall requereu licença para estabelecer (!) a «Fábrica de Louça de Massarelos», declarando empregar, como matérias primas, barro de Leiria, caulino, flint e stone. A licença foi concedida a 16 de Janeiro de 1914. Ao processo está apensa uma planta baixa da fábrica (Arquivo do Governo Civil do Pôrto).

salvados do prédio por uma soma igual à diferença que houver entre a importância dessa indemnização e a do preço de vinte contos acima estipulado, sob pena de ficar rescindido o arrendamento e a arrendatária ter de pagar a indemnização fixada no final da condição sétima.» (7.000\$000).

Por escritura de 11 de Setembro de 1924 (notário Alexandre Henriques Tôrres, fôlhas 44 do livro 624) foi dada execução a esta curiosa e oportuna cláusula do contrato de arrendamento, sendo as ruínas da fábrica e terrenos anexos adquiridos pela firma Chambers & Wall, que continuou empregando a sua acreditada marca «Massarellos-Porto» na louça manufacturada na fábrica de Roriz, visto não ter reedificado a de Massarelos.

A 3 de Junho de 1933, por escritura lavrada nas notas do Dr. Mário da Silva Lino, foi a sociedade Chambers & Wall transformada numa sociedade por quotas sob a razão social de Chambers & Wall, L.^{da}, sendo seus únicos sócios Charles Archibald Wall, Richard Allan Wall e Leslie Dow Smart.

Finalmente, a 29 de Fevereiro de 1936, por escritura lavrada nas notas do Dr. Ponce de Leão, foi a fábrica de Roriz vendida à Companhia das Fábricas Cerâmica Lusitânia, que também continua usando a marca «Massarellos-Porto».

(Continua).

VASCO VALENTE.



A VIDA VENCEDORA...

Poesia de Longfellow — trad. em memória de
LEONARDO COIMBRA.

DE surprêsa a Morte vem,
no caminho nos detém:
parece o plano — frustrado —
e o viver — inacabado . . .

Mas só no Além se projecta,
perfeita, a curva completa:
é como um arco de ponte
que nas águas se defronte . . .

O que importam Vida e Morte
sempre que a Vida é mais forte,
— e a mensagem que ficou
em mil vidas perdurou?

Quando se apaga uma estrêla
continuamos a vê-la:
a sua luz, como um grito,
vai correndo o Infinito . . .

E quando uma Voz se cala
não cessamos de escutá-la:
ressôa em nós, tempos fora,
com o fulgor duma aurora!

LUIZ CARDIM.

LEONARDO COIMBRA ⁽¹⁾

NÓS não sabemos, verdadeiramente, avaliar ainda o que perdemos. O arrebatamento de Leonardo Coimbra é demasiado recente e absurdo para que se possa ver, já, o vazio enorme que vai ficar em seu lugar, no nosso meio. É necessário que passem alguns dias mais para que possamos sentir êsse vazio. E, principalmente, será preciso que passem os anos, e muitos, para que se possa ver bem o valor do espírito que habitou êste corpo. Daqui a cem anos ver-se-á. Daí será já possível estimar a altura e a amplitude dêste homem agora tombado e mudo — mas cuja voz não deixará de ser ouvida por aí fora, pelas colinas dos séculos, emquanto neste País houver homens tocados de inquietação e cientes de que o modo mais adequado de a iludir, na maioridade, é viver para o pensamento veemente e livre. Então se verá quem era Leonardo Coimbra, esta poderosíssima inteligência, esta imaginação ardente, êste caudal de cultura que se repartiu em mil levadas para fazer fecundos e aráveis tantos terrenos.

Sem dúvida, todos nós, os que nos encontramos aqui à volta do seu corpo inanimado, sabemos bem que Leonardo Coimbra foi o que se pode dizer devagar e com tôdas as sílabas nítidas *um grande homem, uma grande personalidade*. Mas isso não basta. Êle podia ser um grande homem e não constituir contudo um valor espiritual estável. Porque há muitos grandes homens que impressionam — mas passam. Leonardo Coimbra não é um homem que passa: o poder radiante da sua pessoa longe de diminuir e desaparecer com a morte, aumentará com o seu afastamento, pelo dobar do tempo. As suas ideas ficarão como uma fôrça espiritual tão viva como as de Antero. E se aqui falamos de Antero é porque, para definir o espírito de Leonardo Coimbra por um espírito que nos possa servir de referênciã, não se encontra outro, entre nós, além do de Antero, como têrmo de confronto. Um e outro foram os que, em tôda a história espiritual portuguesa, testemunharam o mais alto grau de sinceridade, de constância diligente, na procura da solução *do que mais importa ao homem*.

Ouso porém dizer que se, por certos aspectos, o valor de Antero, (sobretudo o valor ético da sua existência concreta de homem convivente), não padece confronto com nenhum outro, por outros aspectos, Leonardo Coimbra foi superior a todos, incluindo o próprio poeta-filósofo dos *Sonetos* e das *Tendências*.

Sem dúvida Antero deixou uma obra artística mais perfeita; deixou

(1) Discurso lido no dia 4 de Janeiro, no cemitério da Lapa, momentos antes do corpo de Leonardo Coimbra ser abandonado à Terra.

uma imagem de ser convivente mais severa e vigilante; deixou um *clima* moral, que Leonardo Coimbra de modo algum transmite; — mas Leonardo Coimbra deixa na sua obra duas cousas que sobrelevam visivelmente a de Antero: a consciencialização especulativa de uma cultura muito mais ampla e informada e uma acção mais eficaz no despertar dos interesses, entre os que participaram do seu convívio, pelos problemas fundamentais. De facto Antero de Quental não deixou por morte continuadores. Leonardo Coimbra, deixa-os. Continuadores — de quê? — dir-se-á. Da sua concepção da vida? da sua questão religiosa? das suas ideas políticas? da sua maneira de ser? de pensar? Não se trata de nenhuma continuação dêsse género. Nem êle teve, cremos, nunca a pretensão de preparar continuadores. O seu ensino foi sempre demasiado livre e despreocupado de espírito de magistratura para que nêle se descobrisse algum dia a intenção de fazer discípulos, no sentido estrito da palavra. A sua influência como mestre exerceu-se acima de tudo, não como captação, mas como perturbação, como estímulo. Por êsse aspecto Leonardo Coimbra foi um professor único. Nunca, entre nós, de facto, existiu um professor no seu género; queremos dizer, tão influente no destino intelectual dos que tiveram a sorte de sofrerem, em cheio, a influência do seu ensino *sui generis*. E contudo nós não queremos deixar de reconhecer que temos tido alguns notáveis professores na existência secular do nosso ensino universitário. Mas os catedráticos notáveis são, em regra, ou os professores que expõem bem, ou os ascetas da «preparação», ou os que investigam infatigavelmente na sua pequena célula, ou os que animam com solicitude os investigadores novos na fase dolorosa do emparedamento espiritual que se chama, usualmente, «especialização». Por vezes mesmo, o professor notável é ainda menos que isso: é simplesmente o professor *que cumpre*.

Leonardo Coimbra não estava dentro de nenhuma destas classes de professores. O seu ensino era específico: era o ensino de um homem que sacode espíritos, que agita latentes propensões e inquietudes, que remove tudo por dentro. Êle era tipicamente um professor removedor. Todos os homens novos que passaram ao seu lado como alunos ou como simples conviventes reconheceram unânimemente o misterioso poder dêsse indefinível influxo da sua inteligência viva, inquieta, terrivelmente ágil e perturbante.

O segrêdo da fecundidade, mesmo póstuma, dêsse instituto de cultura, a Faculdade de Letras do Pôrto, (que, emquanto em incipiente laboração, foi uma das mais puras fontes de alegria íntima de Leonardo Coimbra, e, quando extinta, uma das suas mais profundas fontes de dor) deve ir buscar-se à acção dêsse estranho catalizador de interesses espirituais. Foi êle que sacudiu, pode dizer-se, todos os homens novos que aí estudaram e hoje principiam a dizer o que têm a dizer. Os próprios professores que êle agregou como cooperadores dessa escola de humanidades (à qual se irá fazendo cada vez mais justiça depois de tantas malquerenças) foram incontestavelmente tocados pela radiação da sua cultura.

É por este ângulo que mais tarde se apreciará principalmente este homem, admirando-se a sua influência concreta e convivente, olhando-o, enfim, como um verdadeiro *caso socrático*. Porque, de facto, um dos dons mais característicos deste homem foi o dom do conversador ateniense; a dialéctica perturbante, o estímulo directo e concreto das inteligências meias dormentes pela técnica espontânea da contradição, pela ironia, pelo fingimento da mordacidade a encobrir a mais profunda sinceridade de procura *do que mais importa ao homem*, a compreensão de tudo e de si próprio. ¡Que pena não possuímos a reconstituição integral de algumas das suas grandes horas de convivência!

Com isto não queremos fazer supor que a obra de Leonardo Coimbra, como pensador, fique apenas sob a forma de refacção tradicional — e que será pelos que vierem depois dele que se poderá obter a medida verdadeira do seu espírito. O reconhecimento de que a sua personalidade total tinha as suas melhores ocasiões de revelação no acto concreto da comunicação de ideias, de pessoa para pessoa, não significa que as ideias, depostas na sua obra escrita, estejam destinadas a serem tidas como as raspaduras literárias de um pensador essencialmente oral. De modo algum. A-pesar-de tódas as suas desigualdades a obra literária de Leonardo Coimbra é o testemunho mais notável que possuímos de pensamento preocupado com o essencial. De resto, nessa obra, sob o ponto de vista artístico, há cousas belas que são únicas na nossa língua. Há nela imagens inesquecíveis, delicadezas descritivas de verdadeiro poeta, intuições súbitas, prodigiosas de poder iluminante. Mas, sobretudo, o que nessa obra interessará sempre é a inteligência extraordinariamente ágil e cultivada que nela se exprime. *A Alegria, a Dor, e a Graça, a Razão experimental, o Pensamento Filosófico de Antero, o diálogo Do Amor e da Morte* — bastariam para dar a Leonardo Coimbra, em qualquer país, a perenidade de um grande escritor de ideias.



Como todos os grandes homens Leonardo Coimbra foi um homem deslocado do seu tempo. Foi um homem *inactual*. Por isso teve o drama íntimo (confrangedor para aquêles que o adivinhavam) de se sentir capaz de uma certa missão que não pôde cumprir como queria: a missão do homem pensante, a missão do homem destinado a pensar e a fazer pensar.

Na realidade foi um verdadeiro delicto colectivo a vida forçada de professor de ensino secundário de Leonardo Coimbra. Um dia se evocará essa condenação como um dos exemplos mais gritantes de incompreensão crassa dos poderes públicos quanto aos deveres de solicitude que todo o homem superior *tàcitamente* requiere.



LEONARDO COIMBRA

Retrato tirado por seu filho quando o eminente Filósofo e Artista escrevia o seu livro «A Rússia de Hoje e o Homem de Sempre».

Um homem como Leonardo Coimbra não era, claramente, um mestre que se devesse coagir a queimar o melhor da sua existência a ensinar desenho e álgebra elementar a crianças. Leonardo Coimbra era um mestre talhado para despertar adolescentes, para tornar largos e humanos os interesses espirituais dos homens novos, e para estimular mesmo homens na maturidade. A sua vastíssima cultura científica, a sua profunda e rápida visão dos problemas, a formação especulativa do seu espírito, e por cima disso tudo, os dons dialécticos admiráveis que elle possuía, faziam dele um paradigma único, que nunca mais talvez teremos tão completo, de professor universitário removedor. O seu lugar era, pois, em um instituto de altos estudos ou em uma faculdade de ciências, como agente de ligação e metodólogo; ou em uma escola de humanidades como mestre livre de conferências; ou em alguma cousa deste género. A tacanhez do meio porém não permitiu que se visse esta oportunidade única de quebrar o quadro escolástico e especializante do nosso ensino superior.

Ao fim e ao cabo Leonardo Coimbra aceitou essa incompreensão do seu valor — mas, como em tôdas as personalidades *inactuais*, essa aceitação não se fez sem amargura. O seu sarcasmo foi uma das expressões dignas púdicas dessa resignação. Há que reflectir sôbre esse complexo da resignação para se compreender as suas anedóticas reacções. Porque, intimamente — quero afoitamente levantar esta presunção — Leonardo Coimbra era um homem profundamente sério; simplesmente essa seriedade foi gravemente lesada pelo modo inconsiderado e grosseiro com que o meio a tratou. Daí o seu expediente de defesa: o *humorismo*. Daí as quadras de surda abominação e indiferença mordente. No fundo, Leonardo Coimbra era excessivamente acompanhado da consciência do seu valor para não compreender que a sua obra ficava muito aquém do que elle *poderia ter feito*. Um dia, indo ao seu lado, ao longo de uma rua, disse-nos elle, de repente, depois de um longo silêncio: — «Qualquer dia dou por irritado e nulo tudo o que tenho feito e começo de novo».

Na realidade Leonardo Coimbra não podia começar de novo. Porque nunca se começa senão uma vez. Temos por isso que nos contentar com essa obra que elle queria dar como irritada e nula. Ela ficará — a-pesar-de tudo — como um testemunho suficiente da intelligência mais fulgurante e mais culta que até hoje tivemos.

Leonardo Coimbra, — este homem trágico e prematuramente morto de quem me despeço, em nome dos seus antigos alunos, com a comoção de quem abraça um irmão que parte para um continente de insondáveis mistérios — Leonardo Coimbra viverá por essa obra truncada, por esta obra que elle realizou nas tristes circunstâncias em que no nosso País se trabalha espiritualmente.

D. CATARINA DE BRAGANÇA PRECURSORA DA RESTAURAÇÃO

«Sangue de Aviz florindo em tôda a Graça!»

ANTÓNIO SARDINHA — *A Voz da Raça.*

CITANDO êste verso admirável de um dos tercetos finais daquele soneto que o saúdoso autor da *Epopéia da Planície* encastuou no seu belo friso da «Côrte de Saüdade», sentida e meditada na Catedral de Toledo, entre o sepulcro de D. João I—o Rei castelhano vencido—e a Bandeira Portuguesa que para ali foi levada após a acção, militarmente indecisa, do Toro, não posso esquecer esta frase do mesmo historiador poeta, dêsse complicado e interessante pensador e artista, que faz parte de um dos mais belos artigos a-propósito da *Questão Ibérica*:

«E se, para o abraço reconciliatório, ainda nos prendem susceptibilidades dolorosas, lembremo-nos de D. Luíza de Guzman que, sendo uma Medina Sidónia, também se quis tornar um dos melhores colaboradores do *Portugal Restaurado*.»

São estas, pouco mais ou menos, as palavras que resumem a opinião de António Sardinha, a respeito da viúva de D. João IV e mãe daquela outra D. Catarina de Bragança que foi mulher de Carlos II e Rainha de Inglaterra.

Mas é da sua bisavó, a inteligente Duquesa que foi contemporânea de Alcácer-Quibir e rival, nas pretensões ao trono português, de Filipe II, que pretendo evocar a fisionomia moral—singularmente patriótica e altaneira.

Que proveitosa não é a lição de tôda a sua vida, descrita em seus mais completos detalhes!...

Não foi, porém, venturosa nem pacífica essa nobre existência de mulher que, na persistência em Fé jurada ao interêsse da Nação, poderia dar lições aos combatentes mais enérgicos do tempo, quási maravilhoso, da nossa *Epopéia Oriental*. Se D. João de Mascarenhas, o herói da Índia, tivesse aprendido com esta senhora o significado verdadeiro do Sentimento Patriótico, talvez se não tivesse prestado à ignomínia de ser, em 1580, um dos cinco miseráveis Governadores do Reino para bem das intenções absorventes de Filipe II.

O monarca espanhol, aquêle a quem a História classificou de *Demónio do meio-dia*, estava no seu papel como príncipe da Casa de Áustria e descendente de Isabel, a *Católica*: quem andava mal eram os portugueses desnacionalizados que se prestassem ao seu jôgo.

D. Catarina de Bragança, descendente, por seu avô D. Manuel I, do Mestre de Aviz, espôsa do Duque de Bragança, D. João, que representava a progénie do condestável D. Nun'Álvares Pereira, encarnava a melhor alma e o melhor temperamento português que, em tão calamitosos tempos, sabia desempenhar o seu papel.

Melhor e mais sinceramente que seu valoroso primo bastardo, êsse D. António Prior do Crato!

Na verdade, êste curioso e fidalgo aventureiro representava o brado angustioso dum Povo que não desejava morrer; mas era precipitado, imprudente; valente soldado sem dúvida, general de valor contestável, mas político infeliz.

Quando eu falo em política refiro-me à política internacional, é claro, no sentido gravíssimo que diz respeito à integridade metropolitana e colonial. E aquela oferta que o «ousado e não prudente» filho de D. Violante Gomes fez do Brasil ao rei de França, para lutar contra o representante da casa de Áustria, não honra sobremaneira o seu oportunismo diplomático...

D. Catarina, entretanto, «sabia esperar». — Era neta de um rei prudente como tinha sido *o Venturoso* e mãe de um príncipe que representava êsse Herói Santo que foi Nun'Álvares. Unindo a tenacidade à inteligência, depois de sentir a manifesta propensão do vêlho e tonto Cardial D. Henrique pelo sobrinho Castelhana «la Duqueza de Braganza intentó una ultima gestion personal cerca de su tio el Rey, yendo a Almeirim y celebrando una entrevista con él, de la que no obtuvo el menor resultado favorable a sus pretensiones...»

E quando, já depois de 31 de Janeiro de 1580, morto e sepultado o derradeiro filho de D. Manuel, o rei de Espanha desmascara a sua atitudo em 6 de Março, manda um correio extraordinário a Portugal, expondo (1) o direito que lhe assiste, antes de empregar a fôrça das armas.

«Fué la primera en responder D.^a Catalina de Braganza, insistiendo eu la preferencia de su derecho y en la conveniencia que resultaria de que todos los pretendientes se sometieran a los jueces que debían sentenciar el pleito.»

Confia soberanamente na justiça das suas pretensões, êsse varonil temperamento de mulher!

Por êsse motivo escolhi a sua memória Augusta de rainha — rainha *in partibus*, porque não? — para realçar o espírito da Independência Nacional, durante aquela tremenda crise de há trezentos e sessenta-e-cinco anos, em que o prestígio da Nação Portuguesa se obscureceu, como a forte lâmina de uma espada se pode embainhar, vergonhosamente, nas mãos infames de um cobarde, para de novo surgir — formidável e cheia de prestígio! — desde 1640 a 1668, graças ao espírito de revindita patriótica, em grande parte resultante, após sessenta anos de agonia, pela memória da sublime lição resignada que deixou essa intemerada criatura que, se outra virtude não tivera na existência,

(1) J. M. Rubio — «Filipe II y Portugal», págs. 205 e 207.

possuiria a de ter sido a inteligente educadora de seu filho D. Teodósio, o dissimulado e persistente antecessor de D. João IV.

Cauteloso e diplomático em demasia, porém suficientemente ativo para redarguir a Filipe III, quando o rei intruso lhe perguntou se desejava aceitar qualquer mercê (¹):

—: Senhor, *os Reis Avós de Vossa Majestade, têm feito tantas mercês à minha casa, que me não deixaram lugar a pedir mais cousa alguma!*

Esta resposta, dada em 1619 pelo Duque de Bragança que era senhor de «cinquenta vilas, cidades e castelos, com outros lugares fortes» está bem à altura da atitude sublime de estoicismo e diplomática altivez com que sua mãe recebera, em 26 de Fevereiro de 1580, a visita de seu primo e rival que, para êsse efeito a mandara prevenir por D. Filipe de Aragão, cavaleiro da sua casa — «notícia, que lisongeando-a, a não admirou, reputando a honra digna da grandeza do seu nascimento...»

Não me julgo nem devo julgar no direito de substituir as frases com que Rebelo da Silva — de págs. 548 a 588 do tómo II da sua HISTÓRIA DE PORTUGAL NOS SÉCULOS XVII e XVIII — nos descreve o gesto superior com que a mãe de D. Teodósio e avó de D. João IV recebe o tenebroso filho de Carlos V, inimigo implacável de *Queen Elisabeth*:

«O rosto dela, não só rosado mas até um pouco incendiado nas côres, sobresaía ainda mais com o toucado prêto, e as tranças ouro claras, que enroladas com graça destacavam do fundo escuro das rendas e espiguiilhas de luto. As feições, a estatura esbelta, e a dignidade da posição e do gesto revestiam a neta de D. Manuel de um ar tão senhoril, que não carecia dizer o nome para infundir respeito.»

Era bem o «*Sangue de Aviz florindo em tôda a graça*» — como, em nossos dias e no soneto acima citado, haveria de o contar António Sardinha — o repto jogado heróicamente pela neta e representante de D. João I ao inteligente e perigoso domador de Povos que foi êsse monarca sombrio do Escorial.

E é interessante notar como Filipe de Espanha o sentiu:

«O herdeiro de Carlos V, não menos severo e melindroso no cerimonial, lembrado das maneiras da Duquesa e do seu calculado recato nas palavras e cortesias, sabendo que o Duque de Alva se propunha visitá-la, advertiu-o de que não esperasse o tratamento, a que na côrte o haviam costumado.

É que a valorosa princesa — que rainha não chegou a ser de facto, mas de direito reinou entre os portugueses nos amargosos tempos filipinos, — vira o seu orgulho satisfeito, vendo ante si inclinadas e quási com o joelho em terra, os duques de Medina Sidónia, de Ossuna, e de Pastrana, o prior de S. João (²), os marqueses de Aguilar e de Santa Cruz que lhe falaram com a

(1) F. A. F. Silva Ferrão. «Tratado sôbre os direitos e encargos da Sereníssima Casa de Bragança», pág. 263.

(2) História de Portugal nos séculos XVII e XVII, tómo II, pág. 587.

reverência devida ao seu elevado berço, e aos quais ela, sem faltar em nenhum ponto à urbanidade, tratava como filha de Príncipes e neta de Reis...»

O próprio Duque de Alva, general comandante em chefe do exército invasor, sentiu como era justo o aviso do seu Rei «político monarca», mais preocupado de que cioso de disputar tratamentos.

«Entretanto o estado da Casa de Bragança feriu-lhe os olhos, e se não o ofuscou, anunciou-lhe futuros perigos. *Parecia grande para vassalo, quem vivia, falava e procedia em tudo como Rei...*»

A história demonstrou que D. Catarina de Bragança estava tanto na verdade, considerando-se Rainha — como Filipe II, temendo que Portugal lhe fugisse das mãos...

Não seria indispensável que D. Luíza de Guzman incitasse D. João IV a ocupar, como devia, o lugar de seus avós, em 1640. Êle que soubera, usando da maior dissimulação — sabe Deus com que tormento para o seu orgulho, enquanto Duque e Pretendente! — nunca mais voltar a Lisboa porque, imprudentemente, os fidalgos e o seu povo o tinham saúdado quando êle fôra visitar a Vice-Rainha, duquesa de Mantua, para subtrair-se a uma habilidosa armadilha tecida pelo gabinete de Madrid, haveria de acudir no momento oportuno ao chamamento angustioso da Nação.

E assim procedeu, soberanamente!

«...Foram anunciar-lhe o que em Lisboa se passava os mesmos emissários, Jorge de Melo e Pedro de Mendonça, e vieram com o rei... acompanhavam o coche alguns criados a cavallo. *Sem mais escolta, sem o mínimo receio, vinha D. João de Bragança ao encontro da coroa de Portugal...*»

Registo e transcrevo, com verdadeiro e orgulhoso júbilo de português, estas palavras de Edgar Prestage, insertas a pág. LXXXVI da sua introdução magnífica a êsse óptimo subsídio a respeito da nossa história diplomática, intitulado *Relação da Embaixada a França em 1641*.

Não pretendem constituir estas derradeiras linhas o panegírico do príncipe Restaurador de há três séculos — apenas servem para terminar, enaltecendo o dedicado e muito mal divulgado gesto de D. João IV e a assombrosa energia patriótica da maior personalidade feminina que Portugal gerou, entre os séculos XVI e XVII.

FRANCISCO PEREIRA DE SEQUEIRA.

CARLOS MASIDE

UM GRANDE ARTISTA GALEGO

O movimento moderno da Arte na Galiza tem produzido pintores de valor incontestável. Apontam-se Arturo Souto, Manoel Colmeiro e Carlos Maside como os mais equilibrados.

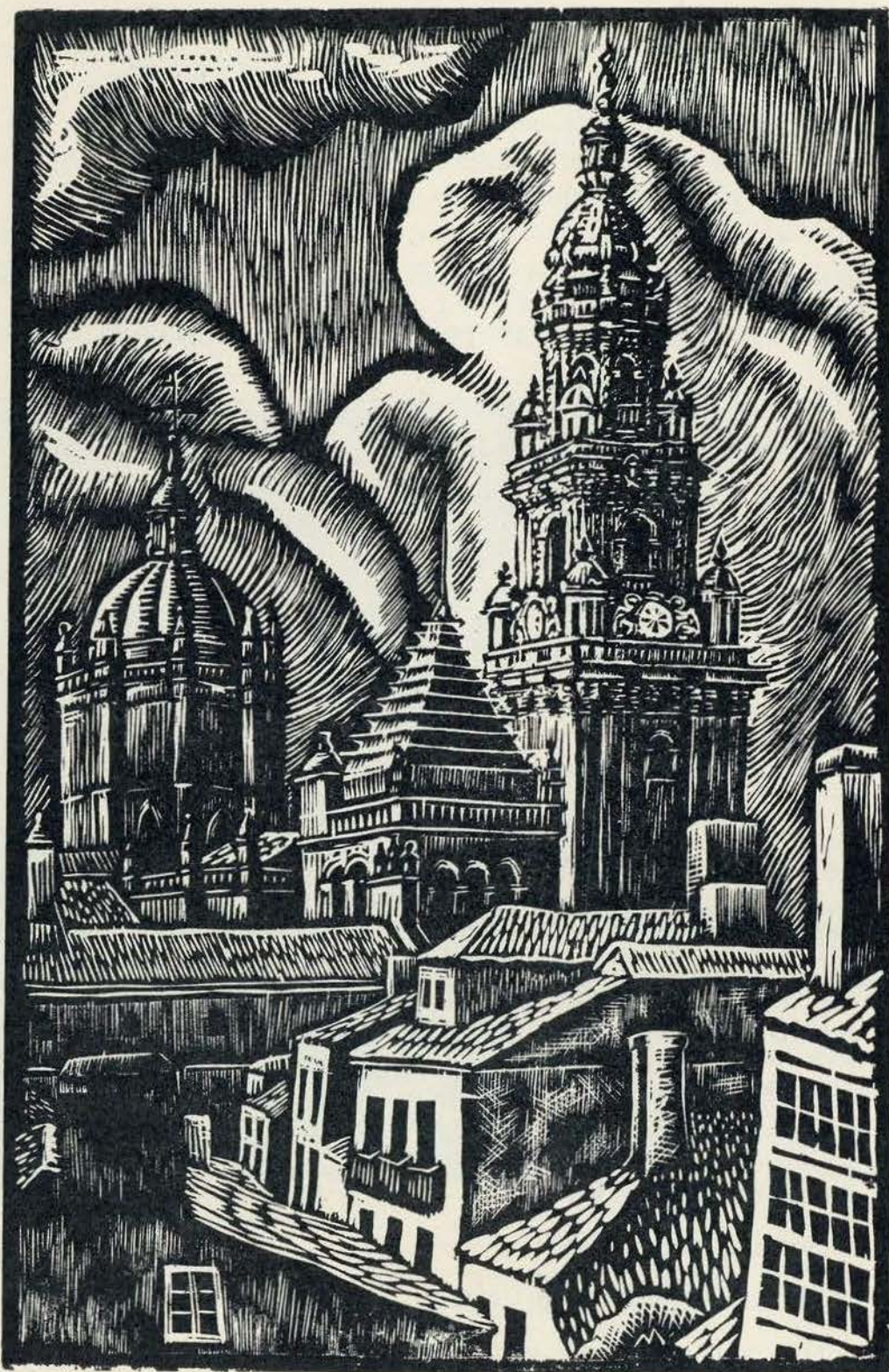
Carlos Maside é um pintor que não abandona o sentido arquitectural dos temas, motivo porque o podemos considerar um artista essencialmente sensível ao evoluir dos novos caminhos da pintura actual.

O movimento da pintura moderna em Espanha, dentro do qual podemos citar notáveis valores individuais como, por exemplo, Vazquez Diaz, Gutiérrez Solana, José Frau,

Margarita Frau, Rosário de Velasco, Hipólito Caviedes, pintores de uma forte e esclarecida personalidade, tem-se imposto de uma maneira insofismável, como recentemente foi demonstrado na Exposição de Arte espanhola realizada em Paris nas salas do museu «Jeu de Paume» por iniciativa do seu director André Dezarrois,



CARLOS MASIDE — «Autorretrato»



«TORRE DEL RELOJ — CATEDRAL DE SANTIAGO»

notável crítico de Arte. Nesta exposição apareceram valores de diversas tendências, desde os mais conservadores e consagrados como Zuloaga, José Maria Sert, Anglada, Valentim Zaubiaurre, Eugénio Hermoso, Chichárro, até aos mais avançados superrealistas como Juan Gris ou Salvador Dali. O grupo que mais surpreza



« RUA DE NOYA »

causou foi o dos pintores vanguardistas, que se apresentou com um carácter próprio, nitidamente espanhol. Arturo Souto, o pintor galego tão falado ultimamente, figurava também na lista dos expo-
sitores vanguardistas. Podíamos, também, com tóda a justiça, incluir Carlos Maside nesse grupo, considerado pela crítica da Galiza como a caminho de ser um dos pintores mais sólidos e mais completos dentro das novas tendências da pintura actual.

Na impossibilidade de se poderem reproduzir algumas das suas obras pictóricas, damos à estampa algumas gravuras em madeira, inéditas, género em que Carlos Maside revela também um extraordinário acêrto, ao interpretar motivos de carácter profundamente regional como em «Gigantes y cabezudos». A «Torre del Reloj—Catedral



«GIGANTES Y CABEZUDOS»

de Santiago» atinge uma interpretação acertadíssima de Santiago de Compostela, ao definir, com traços exactos, o seu ambiente austero. Interessantíssimos, também, a típica «Rua de Noya», característico recanto galego, e o «Autorretrato» de traços expressionistas, que poderia considerar-se de sentido autobiográfico ao revelar-nos uma máscara um pouco atormentada.

DOMINGUEZ ALVAREZ.

JOAQUIM DE VASCONCELOS (1)

JOAQUIM de Vasconcelos, o Mestre eminente, morre em pleno prestígio, deixando-nos uma Obra enorme, sempre nova, sempre actual, tal o seu conteúdo denso de ideias e factos, de pontos de vista que com o tempo se não deliram antes se tornaram mais precisos e confirmados através de novos trabalhos e descobertas.

Luminosa trajectória, a sua, por este mundo, caminhando com um ímpeto vital que desconhecia os obstáculos para só demandar a altíssima finalidade que desde a sua iniciação literária visou com um querer heróico.

Admirável perfil o deste lutador que avançou, pode dizer-se só, desajudado na extensa caminhada, enérgico, como que iluminado, na pesquisa febril dos filões ocultos, mas cuja existência éle pressentia soterrados, imensos na sua riqueza.

Certamente não foi éle o único a ter este pressentimento. Os românticos também o possuíram... e muito desbravaram, mas Joaquim de Vasconcelos foi mais além. Descobriu-os e revelou a sua recôndita opulência, bem apetrechado com a sensibilidade e com a razão colaborando harmónicamente para uma resultante, a sua Obra, cujo significado ou valor nos traz aqui cheios de gratidão pelo dom que ela representa aos olhos, à alma de todos aquêles que estremecem a sua Pátria. Não conhecemos mais belo exemplo de amor à terra que o seu! E por isso às gerações que passam e sucedem, nós, os que ficamos, temos o dever de exaltar a conduta espiritual deste

(1) Palavras pronunciadas no cemitério de Agramonte, no dia do funeral do eminente Mestre: não representam de nenhum modo uma visão ou análise da vasta produção literária que éle nos legou, mas apenas a homenagem comovida de alguém que o acompanhou sempre e junto do seu túmulo quis exaltar a magnitude da sua Obra e do seu exemplo. Por agora, a revista «Prisma» pretende apenas recordá-lo, com a mesma intenção com que, pela pena de Sant'Ana Dionísio ela relembra Leonardo Coimbra. Ambos foram professores do Liceu Rodrigues de Freitas, cargo honroso mas bem longe de compensar a excepcional actividade, em campos diversos, destes dois altíssimos valores! Joaquim de Vasconcelos sacrificou grande parte do seu património para conseguir realizar a sua missão, e Leonardo Coimbra morreu pobre. O primeiro terminou os seus dias com o escasso vencimento de um professor jubilado do liceu; o segundo estava a perder o melhor da sua energia no ensino acumulado de disciplinas para poder ganhar o pão de cada dia. O que teriam feito, um e outro, se ao *primado do espírito* correspondessem não apenas honrarias, palavras, condecorações, mas alguma coisa de mais positivo que representasse a consagração «temporal» do trabalho, a independência necessária para éle poder exercer-se com continuidade e com a alegria da compensação merecida?

portuense ilustre, bem digno de entrar naquela galeria de vultos notáveis que Sampaio Bruno reuniu e para sempre lembrou, grandes de Portugal que nasceram aqui e encheram de brilho a sua heráldica.

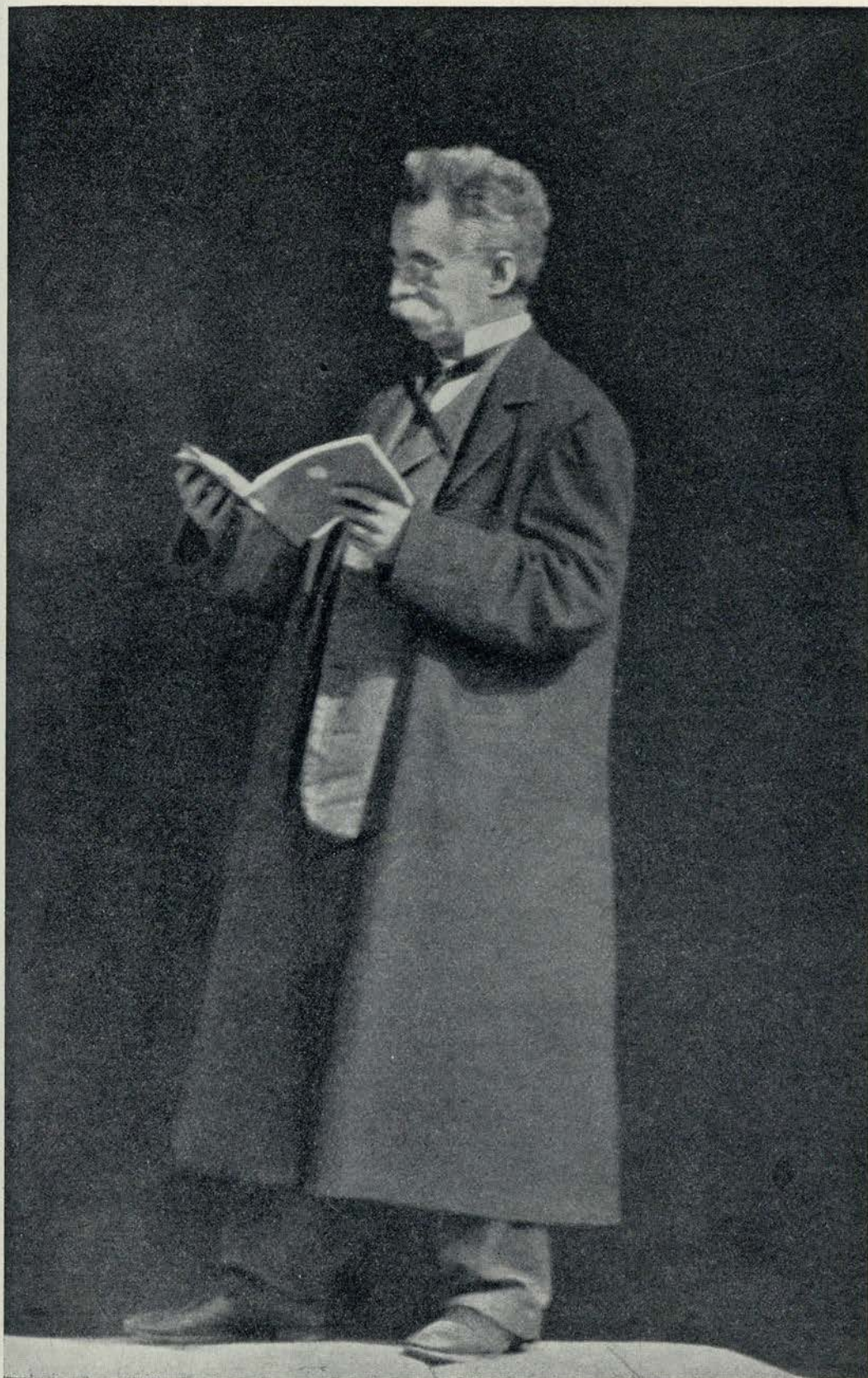
Não é oportuno este instante de dolorosa homenagem, de despedida, para analisar em pormenor o seu esforço, a acção da campanha nacionalista em que desde novo se lançou. Por agora, e em poucas palavras, eu quero só destacar o Mestre, que o foi na mais legítima acepção do termo, reintegrador, crente firme num Passado glorioso para cujo estudo e reconstituição histórica ele estava preparado com uma cultura, pode dizer-se, humanista, adquirida no país de Albrecht Dürer e de Goethe.

Como era vigorosa a sua personalidade, forte em lusitanismo, para no regresso da Alemanha se voltar avidamente, obstinadamente para Portugal! Sem dúvida, ele deveria ter recebido uma grande lição: como raros povos, os alemães sabem amar a sua terra e se o fazem com paixão também o fazem com inteligência. E em todos os domínios a consciência nacional se afirma e fortalece. Joaquim de Vasconcelos surpreendeu este culto integral, viu como se criava, desenvolvia, e mantinha esse espírito patriótico, traduzido no mais simples *lied* ou no recolhimento místico do coral, expresso na dedicação pela Ciência e pela Arte, documentado na sua Filosofia que a não há mais profunda em *Weltanschauung*, concepção do mundo e da vida, na sua mais transcendente altura metafísica.

Entra de novo em Portugal como um batalhador, que uma juventude temerária arrastava para o combate, que sabia lúcida e queria e o que fazia.

Reage contra o derrotismo do nosso meio e não limita a sua campanha a este ou àquele aspecto da cultura. Se revela aos seus conterrâneos umas centenas de nomes ignorados de músicos portugueses, se corrige o perfil tão erradamente traçado de D. João IV num estupendo trabalho de história e de musicografia, também estuda o «Fausto» de Goethe, num volume crítico, pensado e redigido aos vinte-e-três anos, onde não há apenas uma mocidade impetuosa mas um dialecta profundamente versado nos problemas da literatura e da filosofia. Este período é áureo na sua vida: à parte o poema goetheano, Joaquim de Vasconcelos volta-se inteiramente para a história da arte portuguesa e é sem discrepância de opiniões o iniciador destes estudos, o que proferiu a primeira palavra e, relativamente a tantos problemas que nunca tinham sido postos, a definitiva. Lúcida visão a sua, penetrante força de análise, enorme faculdade de crítico, concatenador de questões que andavam isoladas e que ele reúne e trata com uma superioridade, uma elegância mental bem próprias de um Arqueólogo no sentido verdadeiro da palavra.

A obra de arte mereceu-lhe uma atenção comovida, a atenção do artista. Mas não se deteve o observador na obra em si; antes ela foi o ponto de partida ou o alicerce da construção histórica que ele sabia levantar sem devaneios perigosos, mas ponderadamente, esforçando-se por atingir as



JOAQUIM DE VASCONCELOS

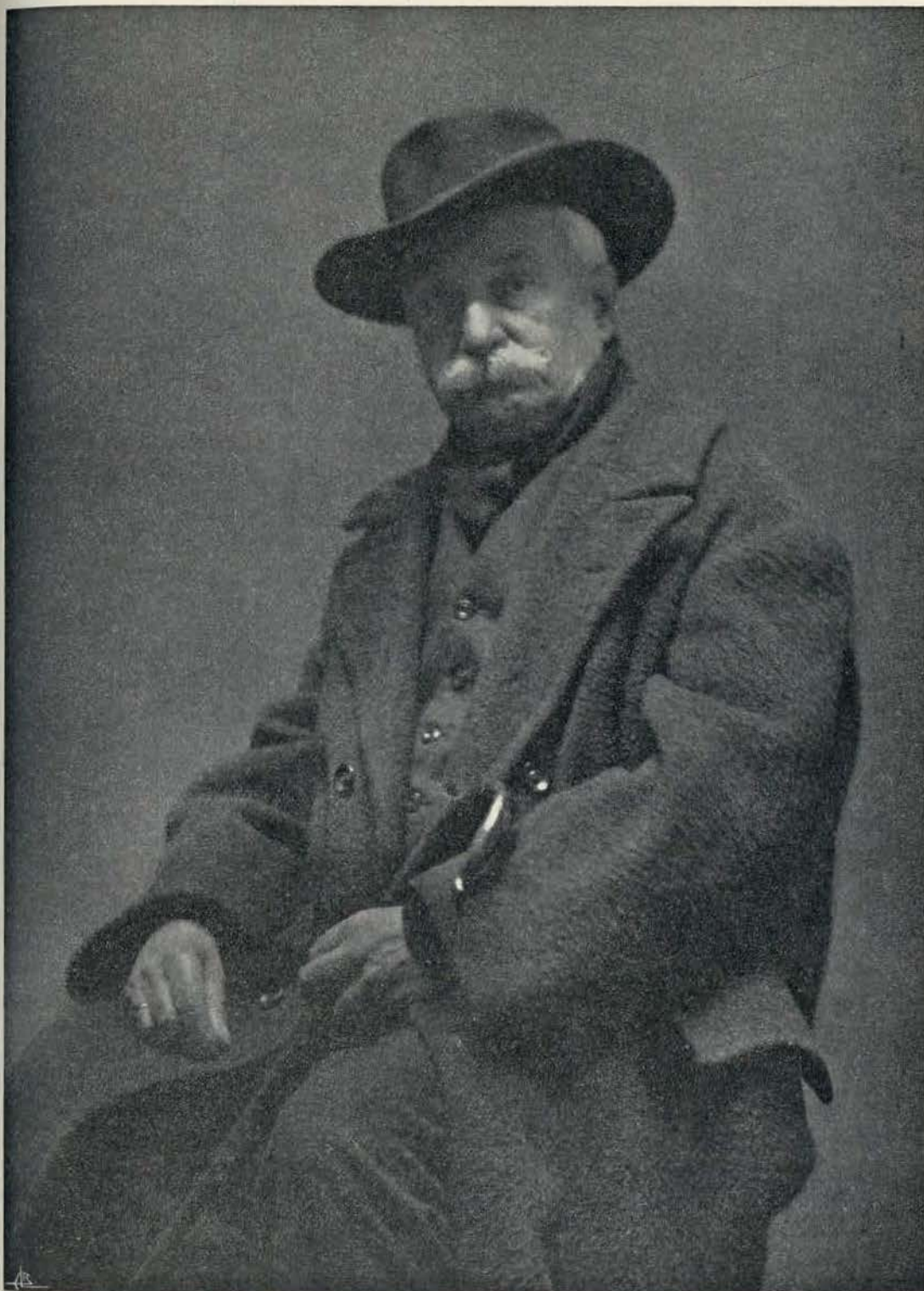
Instantâneo de Marques Abreu tirado em 1908 no pórtico da igreja românica de Rates.

realidades distantes. Assim nos legou admiráveis estudos acêrca do Renascimento suscitados por figuras polarizantes, simbólicas, que encarnavam êste complexo movimento de almas em tão variadas manifestações: estão neste caso Albrecht Dürer, Damião de Góis e Francisco de Holanda, sensibilidades representativas do humanismo que Joaquim de Vasconcelos profundamente conheceu, porque, como disse, êle foi um humanista e conseqüentemente capaz de abranger o vasto panorama que em cada um dêstes *iniciados* se contém.

E êste vôo alto do seu espirito desfere-se ainda na mocidade. Começou num lanço surpreendente, e assim se manteve em vibração, em energia até quási o findar da vida. Falei há pouco na densidade da sua Obra e renovo a citação da palavra, insisto nela: abra-se uma página da Goësiana, leia-se uma nota, um comentário ao texto de Francisco de Holanda, passemos os olhos por alguma das biografias dos seus «Músicos Portugueses», especialmente a de Luíza Todi; fixe o leitor o Ensaio Crítico sôbre o Catálogo d'El-Rey D. João IV, e, certamente, como eu, sentirá um poder de erudição inultrapassável. Não se vai mais longe do que foi a sua investigação histórica relacionada com a Arqueologia e com a Estética. E os seus textos ainda contêm novidades por descobrir: serão sempre um ensino, uma lição viva aos que pretendem iniciar-se e aos que querem desenvolver a sua cultura.

Tive a felicidade de presenciar Joaquim de Vasconcelos na cátedra universitária, quando da minha formatura em Letras, e de cuja secção de Ciências Históricas e Geográficas êle fazia parte, embora como professor contratado. Foi então que o conheci verdadeiramente, em tôda a latitude do seu valor. Essas lições magistrais completaram o perfil do homem que eu já admirava, que me ensinara nos seus livros os fundamentos da historiografia artística. Eu tive então ante mim o Mestre eminente, moderno, dedicado, oferecendo todo o auxílio do seu saber àqueles que dele precisavam. Ali estava junto de um curso a espalhar às mãos-cheias o que uma vida inteira tinha acumulado. Impossível de fixar essa doutrina didáctica, tão móbil, variada, densa, direi de novo, em que o Sábio congregava tantos materiais, materiais que êle foi o primeiro a ver e cujo conhecimento, na sua maior parte, leva para o túmulo.

Comovidamente eu evoco o pioneiro que percorreu a sua terra para a conhecer e para a revelar aos outros: o peregrino do românico! Êle o desvendou e estudou não cientificamente apenas mas *poeticamente*, como só o arqueólogo artista sabe fazer. E nessas jornadas ansiosas através do Norte de Portugal, Joaquim de Vasconcelos teve a segui-lo o melhor companheiro, talvez o maior da sua vida, Marques Abreu, «um homem inteligente e convencido, que abre as portas da sua casa, o seu cofre e até o seu coração a todos aquêles que como êle, um dia se enamoraram dos encantos de Portugal», segundo as próprias palavras do Mestre proferidas no dia em que fêz oitenta anos.



JOAQUIM DE VASCONCELOS

«Na visão deste homem de larga cultura humanista e espírito europeu, a história da arte portuguesa teve pela primeira vez a sua filosofia.»

Reynaldo dos Santos — Da *Ilustração Moderna* — Fevereiro 1929.

Peregrino do românico, foi-o de tôda a Arte, afinal, pois os diferentes tempos e correlativas expressões plásticas o prenderam e interessaram. Ao falar-lhe de Évora, seus olhos, já nos derradeiros tempos, que mal lucilavam, abriam-se mais a recordar a *cidade branca* que êle conhecera em todos os seus históricos recantos: era o renascimento que lhe falava à alma quando eu junto da sua cama, no seu quarto, onde tantas vezes o visitei, proferia a palavra luminosa: Évora! Clenardo, Chanterene, Rezende, o Espinheiro com o pintor Frei Carlos, suas ruas estreitas, caiadinhos, sob um sol brilhante, rótulas convenientes protegendo ao alto miradoiros debruçados sôbre a extensão...

Tal era a ressonância que nestes dias últimos da sua vida tinham vocábulos como êste: Évora!...!

Representando neste funeral a Academia Nacional de Belas Artes e o seu Presidente Dr. José de Figueiredo, que não pôde vir aqui por motivo de doença, eu quero encerrar esta homenagem de saüdade com palavras escritas pelo eminente Director do Museu de Arte Antiga quando do octogésimo aniversário do Mestre:

«Em Joaquim de Vasconcelos o homem e o erudito completam-se, pois a lição moral que representa o contínuo esforço da sua vida de lutas e de sacrifícios, é tão bela e tão grande como a que nos dá a sua obra admirável de erudito em que o saber e a probidade se afirmam superiormente e por igual.»

Que esta homenagem não fique por aqui: precisamos de perpetuar o seu nome, reeditando a sua Obra e biografando a sua Vida.

Quando na Faculdade de Letras do Pôrto começou a organizar-se, sob a minha direcção, um museu de arte comparada, logo foi proposto que êle se chamasse «Museu Joaquim de Vasconcelos». Na toponímia da cidade, o seu nome também apelidou uma rua e o Conselho da minha Escola, da Escola de Belas Artes do Pôrto, há uns anos, resolveu colocar sob a sua égide a sala de História da Arte, denominando-a Sala Joaquim de Vasconcelos. Mas tudo isto é pouco para levantar aos olhos da juventude êste grande exemplo.

A frase de D. Carolina Michaëlis de Vasconcelos, sua companheira de tantos anos, lapidarmente encerrará esta cerimónia triste:

«É inapreciável o que devo ao coração ardente de meu marido. Quantas vezes tive de combater o meu desalento recorrendo ao nosso lema comum: *Tenaz serei*—enigmática inscrição manuelina das Capelas Imperfeitas, a qual um dia interpretei assim à portuguesa como promessa e voto de tenacidade do monarca feliz que levou a cabo a gloriosa empresa dos seus antecessores.»

«Tenaz serei», frase curta de velho brasonário, que significa aos nossos olhos a divisa luminosa dêste lar incomparável onde duas almas trabalharam em comum para bem, para a maior dignidade espiritual de nós todos, de Portugal!

AARÃO DE LACERDA.

SONETO

NESTE sonho constante que me embala,
Neste encantado e extático retiro,
Vai-se-me o dia, assim, como um suspiro
E a noite o dia inteiramente iguala.

Sinto-a junto de mim, ouço-lhe a fala,
De seus cabelos o perfume aspiro,
Hoje como ontem, no sereno giro
Do tempo, — aroma que o silêncio exala!

Nas suas mãos deponho a vida e o mundo,
O céu distante e azul e o mar profundo,
Glórias, desejos, ambições doiradas.

— Meu bem, não abras! Amanhã como hoje,
Igual à noite o dia chega e foge...
Deixa ficar as tuas mãos fechadas.

JOÃO CABRAL DO NASCIMENTO.



VIANA DA MOTA

VESTE-SE de gala hoje o meu «Diário» para receber a figura prestigiosa e altamente ilustre do grande pianista Viana da Mota, considerado pelas plateas cultas do mundo um dos mais notáveis pianistas da actualidade. Nos países — e tantos têm êles sido — onde se tem feito ouvir, a sua arte perdurará na lembrança de todos. Viana da Mota tem hoje, *par droit de conquête*, um lugar marcado junto dos maiores triunfos do piano. Não há artista grande na música, e de qualquer nacionalidade, que não conheça Viana da Mota. Quantas vezes, quantas, no meu País e fora dele tenho ouvido estrangeiros ilustres falar de Viana da Mota com o mais alto aprêço e entusiasmo tocante!

Como nós devemos ter orgulho de possuir um artista de tão transcendente arte e de tão gloriosa celebridade!

Êle, sendo como os outros — como os maiores, como os raros, tem para nós, portugueses, mais um predicado, mais um valor, mais um motivo a torná-lo querido aos nossos olhos e a impo-lo à nossa admiração e respeito, — é nosso.

Êle é «o Mestre que impressiona e que instrui», como Hugo Riemann disse do eminente violinista Joachim, um dos mais notáveis representantes da arte clássica, intérprete sublime de Bach e Beethoven.

Viana da Mota terminou o curso do nosso Conservatório aos doze anos! Foi aqui discípulo de Joaquim de Azevedo Madeira, de quem sempre fala com enternecimento.

El-Rei D. Fernando, de tão grata lembrança para a vida da Arte em Portugal, foi o primeiro que dispensou a Viana da Mota auxílio e protecção, para que êle pudesse num grande centro musical desenvolver as aptidões verdadeiramente excepcionais com que o pequeno músico já então encantava e entusiasmava os seus auditores.

O que não se aprende porque não se ensina — a forma de expressar os grandes sentimentos, as dores do nosso coração, dom tão raro, possui-o o grande artista no mais alto grau, traduzindo-o com arte e poder sublimes. Êsse predicado devia, desde tenra idade, creio eu, fazer-se sentir no músico que então desabrochava. Outras grandes, raras qualidades — as que entusiasmaram El-Rei D. Fernando — ornariam a sua já então interessante personalidade que uma modelar escola e o convívio dos maiores mestres musicais, mais tarde, deviam levar à perfeição que hoje lhe admiramos. Sim, Viana da Mota, mesmo em criança, não tocaria certamente como uma banal criança costuma executar a peça às vezes, aliás, tão correctamente estudada.

O profundo sentimento que tanto nos emociona e comove hoje nêle, existiria já na sua alma juvenil.

Foi na Alemanha entre célebres Mestres, Scharwenka, Liszt, Schæffer e Bülow e numa atmosfera de arte séria e elevada, que se desenvolveram, e com notável brilho, as extraordinárias faculdades do moço artista português que bem de-prensa conquistou a simpatia e a admiração dos seus professores.

Scharwenka e Schæffer, em Berlim, Liszt, em Weimar, e Bülow, em Francfort, seduzidos e entusiasmados com a interessantíssima organização musical e notável inteligência do jovem estudante, não lhe escondiam o alto conceito em que o tinham e, por diversas maneiras, lho faziam sentir. Assim, também, todos os que formavam o notável *Cercle* onde floresceu a sensibilidade requintada de Viana da Mota, não se poupavam em manifestar-lhe o seu aprêço e alto interêsse pelas suas brilhantes qualidades e pela seriedade de que se revestia todo o seu trabalho e estudo. Recebeu, pois, desde muito novo, como vêem, as maiores provas de consideração pelo seu talento que marcou entre os primeiros — dos novos — que naquela época deram brilho ao notável movimento musical da Alemanha.



VIANA DA MOTA

A sólida virtuosidade e poderosa técnica de que dispõe, as interpretações magistrais, perfeitas, de tôda a música que executa, tornaram-no desde há muito e com tôda a justiça, um Mestre de reputada fama.

O seu mecanismo é flexível, nítido, preciso, duma clareza transparente e dum brilho excepcional que o leva, quando assim é indicado, aos mais altos vôos do arrebatamento. O seu ritmo é duma justeza deslumbrante. O seu som é dum aveludado quente e acariciador, — êsse som que dá às páginas de profunda sentimentalidade e dolorosa expressão, como os « Adágios » de Beethoven, os « Nocturnos » de Chopin, um encanto especialíssimo que nos faz vibrar de emoção!

Mas onde o seu valor atinge preço tão alto que raríssimos lá chegam,

é na seriedade, na exactidão, na probidade, no decoro, digamos assim, das suas interpretações. Para Viana da Mota, o pensamento do autor é sagrado — não se lhe pode tocar. Esta idea domina imperiosamente em tôdas as suas execuções, sendo êste artista incapaz de sacrificar, ou o estilo apropriado do autor que execute ou o pensamento que nêle predomine, a uma *ficelle*, a um *truc*, nem tanto direi, a um pequeno desvio da sua nobre e clássica linha, ainda que com isso êle tivesse certa, infalível uma colossal, vibrante ovação! «Plutôt que de servir la foule, il s'emploie à servir la musique».

Quando o vemos clàssicamente sentado ao piano, a sua fisionomia marmórea não revela exteriormente cousa alguma que chame e distraia a atenção do ouvinte.

Tudo nêle aparenta calma e serenidade, mas vê-se, sente-se perfeitamente a sua vibração, o seu respeito, o seu amor, o seu entusiasmo pela obra que executa, a que uma enorme musicalidade dá alto valor e interêsse.

A sua vasta cultura tem necessàriamente uma grande influênciã sôbre as suas interpretações, que são modelares.

Viana da Mota é um letrado e um camonista distinto. A sua intelligênciã e fina sensibilidade tiraram grande proveito de leituras transcendentés e dos ensinamentos das altas mentalidades de que se acercou.

Tem uma erudição pasmosa e a sua memória não causa menor assombro. Êste conjunto, de-veras notável, das maiores qualidades e aperfeiçoamento com que pode ilustrar-se um artista musical, tem-lhe provocado admirações entusiastas que muito me apraz aqui registrar. A importante revista inglêsa *Pall Mall Gazzete* diz assim: «Viana da Mota é igual aos maiores dentre os pianistas actuais. Não é a sua técnica que é mágica; o seu sentimento é também excepcionalmente belo. A ponte misteriosa que separa o talento do génio foi certamente ultrapassada por Viana da Mota. Seria difícil usar palavras exageradas de louvor falando dos méritos dêste pianista. Não hesitamos em empregar a palavra *génio* em relação às qualidades do artista português Viana da Mota».

Do *Notícias de Munich*, jornal por mim guardado, como muitos outros que do Mestre falam, recorto as seguintes palavras dum artigo assinado pelo considerado crítico Heinrich Porges: «Viana da Mota nas «Variações de Raff» foi verdadeiramente magistral. A sua rara elasticidade, leveza e clareza mesmo das passagens as mais difíceis e o que de simplicidade e natural há na sua maneira de expressar a melodia, fazem com que ouvi-lo seja um prazer, um regalo, uma alegria para as nossas almas de artistas».

Ernest Taubert — notável crítico também — é assim que se exprime: «Viana da Mota é um Mestre de técnica de primeira ordem, dominando as mais requintadas dificuldades com uma segurança serena que nos faz lembrar Tausig. Muito especialmente, cultiva o elemento rítmico, não se permitindo aí a mais pequena fraqueza. Como domina a técnica Lisztiana, neste sentido, é verdadeiramente espantoso!»

E Albert Schweitzer, o grande musicólogo alemão, autor de uma importantíssima obra sobre Bach e outros mestres, o que diz esta autoridade musical a respeito do nosso eminente compatriota? Vou transcrevê-lo citando a página 329 do seu livro *Bach* na edição alemã: «Quando Liszt e Bülow empreenderam fazer reviver Bach opunham-se a uma tradição que dava a Bach o carácter de rigidez e ausência de vida. É natural que caissem no extremo contrário e o modernizassem demasiado. O próprio Bülow, mais tarde, já exigia uma interpretação mais simples que a dada por ele nas suas edições de Bach. Uma nova geração atingiu então a clareza neste campo. Representantes típicos desta nova escola são Busoni e Viana da Mota e os que estão de acôrdo com eles não procuram em Bach uma dinâmica sobrecarregada, fazem com que a grande linha natural se revele plásticamente ao ouvinte». «A música de Bach é quasi sempre majestosa. É construída em largos terraços sobrepostos, como os templos assírios», diz Viana da Mota no seu artigo intitulado «Para cultivar as obras de piano de Bach» — *Neue Zeitschrift für Musik*, pág. 678 e segs. — Referindo-se a esta opinião do nosso eminente compatriota, Schweitzer notou que este artigo dá a impressão dum programa da nova interpretação de Bach. É esta construção que deve procurar quem quizer interpretá-lo correctamente.

Isto mostra-nos em que alto conceito o ilustre Schweitzer tem a capacidade musical de Viana da Mota e de como ele o julga possuidor de todos os segredos do estilo bachiano.

Também grandes artistas, dos maiores entre os maiores, vêem em Viana da Mota uma figura culminante dos nossos dias e têm para o nosso grande pianista palavras da mais entusiástica admiração. O genial Busoni escreveu isto que eu li: «Da Mota est un des plus grands artistes de l'époque, il a tout».

Eugene d'Albert disse-me em Barcelona, depois dum concêrto dele em que tocou Beethoven, que nós tínhamos cá, em Portugal, quem tocasse Beethoven como melhor é possível executá-lo — «votre artiste da Mota est une autorité. Il faut l'entendre à lui les concerts de Beethoven avec orchestre. Cá c'est une merveille!»

Com que orgulho e satisfação eu ouvi estas palavras que pelo grande Mestre me foram ditas diante de várias outras pessoas que no intervalo do concêrto corriam a saüdar o grande, o admirável d'Albert, considerado como um dos mais extraordinários intérpretes dos concêrtos de Beethoven para piano e orquestra!

Evidentemente que eu não produzo aqui este côro de admirações para convencer os outros de que Viana da Mota é um genial artista, uma glória nacional. Todos o sabem. Cantando estes louvores, dou, sobretudo, um grande prazer a mim própria, aquêle que sinto sempre, quando, a falar ou a escrever, elogio o Mestre, ou faço eco do que os outros, de bom e de elevado, dele digam, e ainda para que as suas queridas filhas — de méritos

artísticos tão provados já — conheçam através da minha pena, também, os elogios que seu ilustre pai tem recebido dos grandes nomes que cito, e dos cultos públicos que o escutaram.

Viana da Mota é ainda — mais um talento — um compositor ilustre. São por nós sobejamente conhecidas as suas músicas para que necessitem de novas referências aqui. O que sinto é não poder falar de obras suas modernas. O insigne Mestre há muito não nos dá o prazer de novas produções.

Como professor, Viana da Mota merece também as mais altas referências, os mais rasgados elogios. Pesar tenho de que tão fraco seja o poder expressivo da minha pena que não me deixa descrever, com toda a ciência e erudição exigidas, mais esta faceta que caracteriza o seu formoso talento que é, como vêem, fonte inexgotável das maiores riquezas com que o músico pode ser fadado.

Contudo, a experiência que me advém pela qualidade de discípula do Mestre, compensa o que em quantidade de ciência musical me falta para, como disse, com a elevação precisa poder descrever o que são as admiráveis e notabilíssimas lições de Viana da Mota sobre o estudo de piano, sobre interpretação, sobre história da música, sobre estética, sobre todas as cousas, enfim, que possam interessar o pianista e o músico em geral, o qual, quanto mais exigente e sagaz fôr, mais regalo, encanto e satisfação encontrará nos seus eruditos e valiosos ensinamentos.

Quando há anos Viana da Mota deixou, *porque preferiu vir para a sua Pátria*, a cadeira do Conservatório de Genebra — a mesma que pelo grande Liszt fôra ocupada — os seus discípulos, que eram tantos, ficaram verdadeiramente penalizados.

Em todas as homenagens e festas que ali, como despedida, lhe foram oferecidas, todos, discípulos e mestres, manifestaram profundo pesar por ver partir um tão grande Artista e notabilíssimo professor.

É que as suas lições têm, na verdade, um valor excepcional. Viana da Mota, ao escutar a execução do trecho que tocamos, ora nos dá os seus conselhos sobre a maneira de estudar, e nos mostra o meio de vencer as dificuldades e nos indica as diferentes formas de técnica, ora nos faz ver o modo de empregar correctamente os pedais, e nos elucida sobre a complicada questão dos ornamentos da música antiga, da construção das Fugas, do estilo de Bach, da teoria das *nuances*, dos meios de expressão, etc.

E assim, o ensino, acompanhado de eruditas conferências, torna-se de-veras interessante e altamente proveitoso, e por isso não me admiro que a sua saída do Conservatório de Genebra tivesse sido profundamente sentida, e que artistas da envergadura de Antoinette Aussenac me dissessem que Viana da Mota era um dos maiores mestres de piano da actualidade!

Musicólogo ilustre, também, à sua erudita pena devem-se os seguintes trabalhos, já publicados, na Alemanha: *Introdução ao Parsifal*, *Análise da*

Lenda e do Poema de Wagner, O desenvolvimento da Forma do Concerto para piano, Estudo sobre os Poemas Sinfônicos de Liszt, Recordações das Lições de Hans von Bülow e muitos artigos sobre estética.

Viana da Mota executa de cor todo o grande reportório do piano; conhece, também, tão profundamente a obra de Wagner que fez sobre ela interessantes conferências em alemão, na própria Alemanha; conhece, como poucos, tôdas as Sinfonias, Missas, Oratórios, tôda a música de Câmara, a clássica e a moderna, conhece tudo, e de tudo nos fala com surpreendente erudição musical. De admirar é, também, que este músico *accompli* e admirável concertista, tenha tido tempo para paralelamente adquirir a cultura geral com que ennobreceu a sua inteligência.

Além do prestígio que o nosso glorioso Artista tem dado ao saber profissional dos seus eminentes mestres que formam no céu da Arte uma das mais luminosas e célebres constelações — Scharwenka, Liszt, Schaeffer, e Bülow — professores que musicalmente o instruíram e educaram, há que mencionar outro de mais alto alcance e grata consolação para todos nós: o prestígio que Viana da Mota dá ao seu País tão nobremente, pela sua Arte, engrandecido.

Curvo-me, pois, respeitosamente, perante esta grande figura da Arte musical contemporânea, meu Mestre e meu amigo.

ELISA BAPTISTA DE SOUSA PEDROSO.



MAGRINHA

MAGRINHA, assim te quero e te desejo
Vulto de caule à brisa, leveirinha...
— Louvado seja Deus, esp'rança minha
Que te adivinho mais do que te vejo!

Corpinho aéreo de ave ribeirinha,
Quando tu falas, doce como um beijo,
Lembras um fio de água num harpejo,
Tens todo um ar de fonte que caminha.

Dizem-te que és magrinha?... Seja, embora:
Magrinha era também Nossa Senhora,
Como os choupos magrinho foi Jesus.

Magrinha és tu! — e tanto me consola!
Oh! meu Amor magrinho e minha rôla,
Pomba de paz por sôbre a minha cruz!

1928.

LUIZ GUEDES DE OLIVEIRA.

A revista «Prisma» recorda com estes versos inéditos um Poeta que morreu mais novo ainda que o autor do *Só*.

Luiz Guedes de Oliveira iria muito longe: lírico e ensaísta, *tudo se podia esperar* da sua sensibilidade peregrina, do seu espírito que nos deixou, com o *Labirinto* e *Sub-Solo*, um rasto de luz que mais se não extingue.

ALQUIMIA

DÊS as voltas que lhes deres:
Adentro do coração
As coisas são o que são,
Não aquilo que tu queres!...

A fantasia modela,
Modela as coisas e os seres,
Como um Deus, à feição dela...

Tudo quanto em nós anime
A fria realidade,
Só em verdade se exprime
À luz da nossa saúde!...

Coisa ou ser, ou criatura,
Que a vida a meus olhos traga,
Se hão de erguer àquela altura
Em que o meu sonho divaga!...

FAUSTO JOSÉ.



DETERMINAÇÃO DAS SOMBRAS DAS SUPERFÍCIES DE REVOLUÇÃO

NA determinação geométrica das sombras das figuras architectónicas usa-se correntemente a luz de raios paralelos que se projectam a 45° com a linha de terra quer horizontal quer verticalmente e se supõe vinda de foco longínquo colocado ao alto e à esquerda das figuras. É a luz chamada de 45° , embora realmente faça com ambos os planos de projecção o ângulo $\varphi = 35^\circ 15'$ aproximadamente.

A presente nota refere-se a esta luz.

I — EXPOSIÇÃO

O problema que nos propomos resolver é determinar a sombra auto-projectada por superfícies de revolução, isto é, a sombra que certas partes da superfície projectam sobre a própria superfície.

Supomos que o eixo de revolução é vertical e que se trabalha apenas com a projecção vertical da superfície, sem desenhar a projecção horizontal.

A mesma determinação tem lugar se o eixo fôr horizontal de frente.

A parte visível da separatriz — linha extrêma que separa a zona iluminada da obscura — inicia-se no contorno aparente esquerdo, sobe, atinge um ponto culminante e desce em seguida para terminar no contorno aparente direito ou na sombra própria da superfície.

O desenho da separatriz faz-se ordinariamente marcando alguns dos seus pontos de obtenção mais fácil, tidos por bastantes para lhe definirem a posição e a forma.

Estes pontos são, por sua ordem :

- 1.º — ponto inicial esquerdo, no contorno aparente, ponto em que a separatriz é tangente ao contorno;
- 2.º — ponto culminante, em que é horizontal a tangente à separatriz;
- 3.º — ponto em que esta atravessa o eixo da superfície;
- 4.º — o extremo direito da separatriz, situado no contorno aparente — em que estas duas linhas são tangentes — ou na sombra própria (ponto de perda) — em que a tangente à separatriz é paralela à luz.

A determinação dos pontos culminante e de perda vem descrita em qualquer compêndio da especialidade (1) e não interessa aqui.

O 3.º ponto fica ao nível do 1.º, em que a separatriz toca o contorno aparente. É este que pretendemos determinar por processo de aplicação fácil e geral, dando primeiramente a necessária regra que depois se justificará.

Distinguimos dois casos-tipos:

1.º — a superfície que projecta a sombra é círculo;

2.º — a superfície que projecta a sombra é toro.

1.º tipo — Círculo.

Suponhamos (fig. 1) a superfície de revolução de eixo OO' e contorno aparente esquerdo ABC . Na geração da superfície o raio OA gera um círculo que projecta sombra na parte inferior.

Com centro O descreve-se a semi-circunferência AEF ; tira-se-lhe a tangente AT ; traça-se AE a 45° com AO .

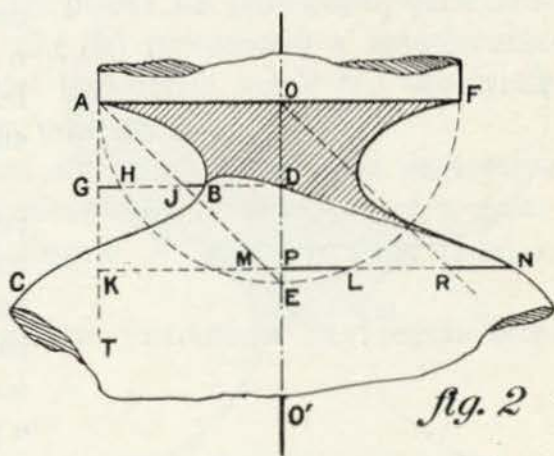
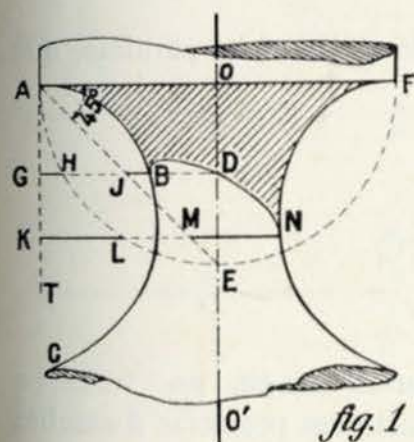
Deslizando com o esquadro paralelamente a AO busca-se por tentativas a posição em que são iguais os segmentos GH e JB ou KL e MN compreendidos respectivamente entre AT e a circunferência, e entre AE e os contornos aparentes esquerdo e direito. Esta igualdade estabelece-se facilmente à vista.

O ponto B da primeira destas paralelas a AO

determina o início da separatriz — 1.º ponto — (e conseqüentemente o 3.º ponto, D , que fica ao mesmo nível); a segunda paralela determina N , termo da separatriz — 4.º ponto, no contorno aparente direito.

Observação I — Pode acontecer (fig. 2) que o ponto L em vez de ficar no arco AE fique em EF , do que resulta serem relativamente grandes as distâncias KL e MN e conseqüentemente ser menos fácil apreciar à vista a sua igualdade. Atenua-se este inconveniente tirando OR paralela a AE e operando sobre OR e OO' como até agora se operara sobre AT e AE . Nesta conformidade busca-se a igualdade entre PL e RN .

(1) Ver, por ex., *Traité de Perspective Lineaire et Tracé des Ombres usuelles*, por J. J. Pillet, — Paris, 1921 — págs. 16 e seguintes.



Observação II— Em certos casos, dependentes da forma e dimensões do contôrno aparente, o ponto *N* é coberto pela sombra própria da superfície, e é inútil determiná-lo. É o que acontece mais correntemente na prática. O que se determina é (fig. 3) o ponto *S* de intersecção da separatriz com a sombra própria (ponto de perda) em que — como ficou dito — a tangente *VS* à separatriz faz 45° com o eixo.

Tal determinação vem descrita nos compêndios, pelo que nos abstermos de a expor.

2.º tipo — Toro.

Busca-se (fig. 4) o paralelo *AB* do toro correspondente ao ponto *A* em que a tangente ao contôrno aparente faz 45° com o eixo. Procede-se com este paralelo, que é círculo, como no tipo anterior.

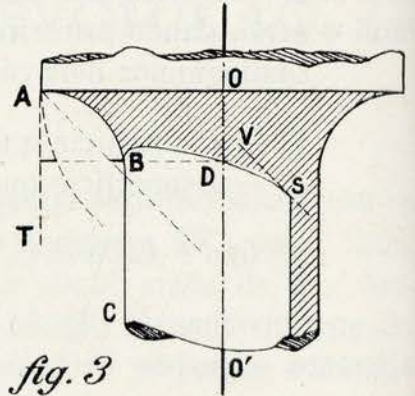


fig. 3

II — JUSTIFICAÇÃO

Para obter as sombras próprias das figuras usa-se, por vezes, o método chamado das projecções oblíquas que consiste em projectar a sombra da figura sôbre uma superfície auxiliar — geralmente plana — escolhida em termos de permitir sombras de fácil construção; e depois tirar pelo seu contôrno raios de luz em sentido inverso até ao encontro da superfície da figura.

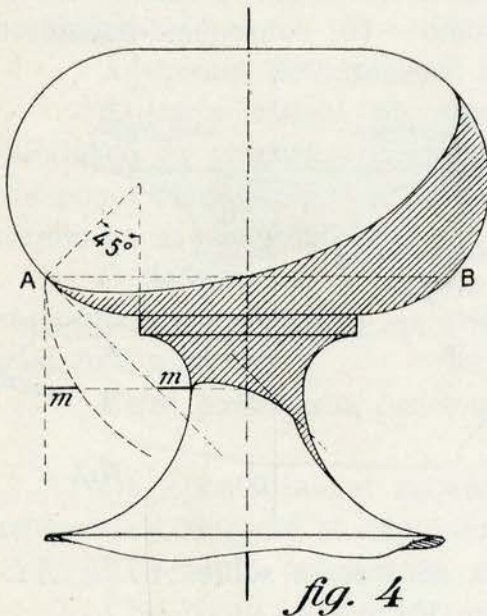


fig. 4

Os pontos obtidos neste encontro pertencem à separatriz. Pelo mesmo método se podem construir as sombras que umas figuras projectam sôbre outras; basta procurar os pontos de intersecção das sombras delas sôbre a superfície auxiliar e por êles conduzir raios de luz inversos, procedendo no mais como ficou dito.

No caso que nos interessa tomaremos como auxiliar o plano de frente conduzido pelo eixo (plano axial). Em tal plano projectam-se horizontalmente e no verdadeiro tamanho os segmentos horizontais de frente; os de tôpo dão sombras a 45° com a horizontal. Nestas condições, se tivermos um

círculo horizontal — projectado em AOB (fig. 5) — e lhe circunscrevermos um quadrado com lados de frente e de tópo, a sombra destas figuras sobre o plano de frente que passa pelo centro O é constituída pela semi-elipse $ACDEB$ e pelo paralelogramo $AFGB$ de altura AF' igual ao raio do círculo ou semi-lado do quadrado, dois lados horizontais iguais aos do quadrado, e outros dois a 45° com os primeiros.

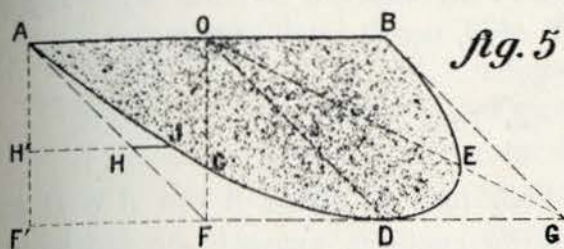


fig. 5

Suponhamos (fig. 5-a) a projecção horizontal do semicírculo que produz a sombra referida.

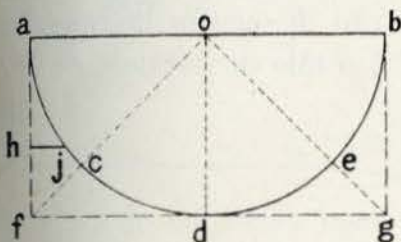


fig. 5-a

Qualquer segmento horizontal hj compreendido entre af e a circunferência tem sombra $HJ = hj$, isto é, as abscissas, como hj , dos pontos da circunferência são iguais às correspondentes, HJ , da sua sombra. Note-se que é também $AH' = ah$.

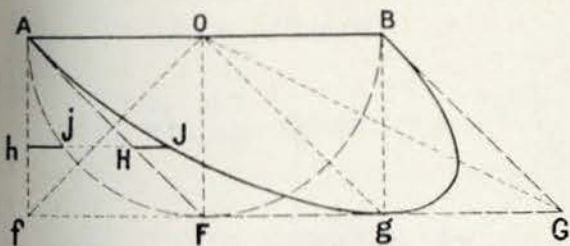


fig. 6

Voltemos à fig. 5. Suponhamos que se conserva AB fixo e se deforma tóda a figura fazendo deslizar as horizontais com as suas dimensões ao longo de si próprias, até que AF fique perpendicular a AB : os pontos da semi-elipse deformada (fig. 6) reproduzem a semicircunferência da fig. 5-a; e quaisquer segmentos horizontais, como HJ , são iguais aos seus correspondentes, hj , da mesma horizontal.

Para abreviar chamaremos à figura obtida por deformação da sombra — a sua deformada: assim, a semicircunferência AFB (fig. 6) é a deformada da semi-elipse AgB ; e o rectângulo $AfgB$ é a deformada do paralelogramo $AFGB$.

Pósto isto, entramos pròpriamente na justificação das regras atrás dadas.

1.º tipo — Círculo.

Para determinar os pontos inicial e final da separatriz (ambos sobre os contornos aparentes) projectamos as sombras destes e a do círculo sobre o plano axial de frente. A sombra do círculo é a semi-elipse referida; as dos contornos aparentes são os próprios contornos. Os pontos de encontro

Para determinar os pontos inicial e final da separatriz (ambos sobre os contornos aparentes) projectamos as sombras destes e a do círculo sobre o plano axial de frente. A sombra do círculo é a semi-elipse referida; as dos contornos aparentes são os próprios contornos. Os pontos de encontro

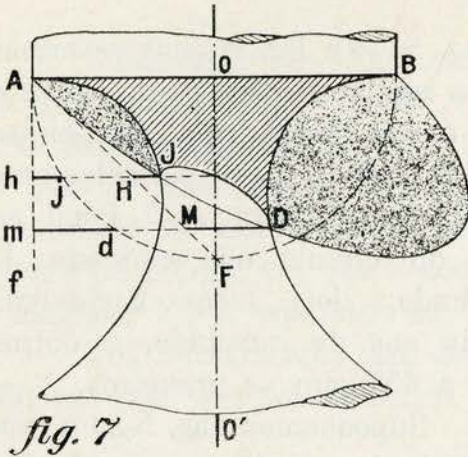


fig. 7

das duas sombras (fig. 7) são J e D cujas abscissas são HJ e MD . Deformando apenas a semi-ellipse e o lado AF do paralelogramo circunscrito teremos $hj = HJ$ e $md = MD$, o que justifica a regra.

2.º tipo — Toro.

No toro da figura 8 são A e B os pontos do contôrno aparente de tangentes a 45° e a φ com a horizontal; R é o raio do círculo gerador do toro; r_o é o raio de rotação do centro do mesmo círculo; $AA' = r$ é o raio do paralelo de A ; BB' é o raio do paralelo de B ; AMa e BNb são as deformadas dêstes paralelos; Aa e Bb os raios luminosos de 45° tirados por A e B .

A distância entre estes dois raios é

$$\begin{aligned} D &= R - R \cos (45^\circ - \varphi) \\ &= R (1 - \cos 9^\circ 45') \\ &= 0,01444 R. \end{aligned}$$

Isto mostra ser D insignificante, pois que, na prática, R não atinge geralmente 2 centímetros; para êste valor de R será D menor que 3 décimas de milímetro, e as duas rectas Aa e Bb na prática sobrepõem-se, vista a grossura do traço do desenho.

A distância ab , que designamos por d , é (ver fig. 8-a que é ampliação da parte inferior da fig. 8)

$$d = \frac{D}{\cos 45^\circ} = 0,02042 R.$$

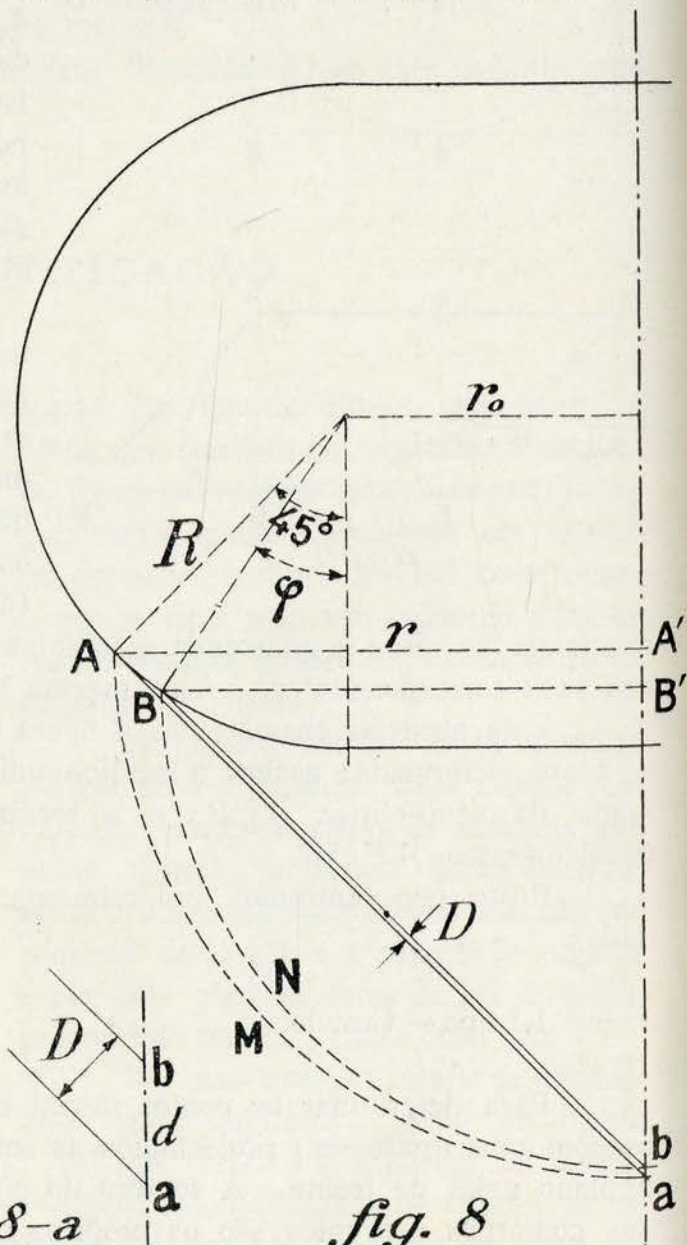


fig. 8-a

fig. 8

A figura mostra ainda que $r = r_o + R \cos 45^\circ = r_o + 0,70711 R$.

As deformadas de quaisquer paralelos do toro compreendidos entre A e B são circunferências compreendidas entre AMa e BNb ; por consequente, a deformada do toro será uma curva que passa por A e b e compreendida nos mesmos limites, embora não circular. Pelos números acima obtidos vê-se quão pouco esta deformada se afasta da forma circular, de modo que na prática poderá, sem erro apreciável, substituir-se por circunferência obrigada a passar em A e b e a ter o centro no eixo do toro, que é eixo de simetria.

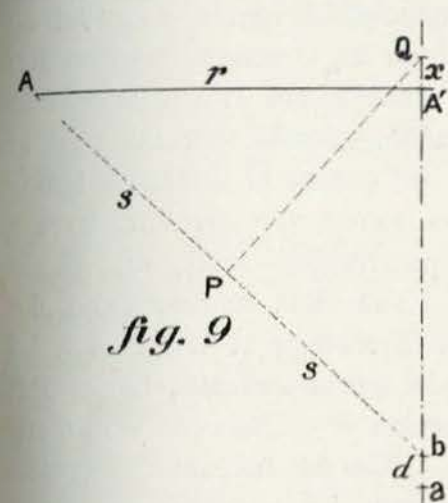


fig. 9

Para obter o centro de tal circunferência basta traçar o segmento Ab e levantar-lhe a perpendicular ao meio. O encontro

do eixo do segmento com o do toro determina o centro, cuja distância x a A' (fig. 9) se calcula facilmente.

Seja PQ o eixo de Ab e $s = AP = Pb$.

Por ser $A'a = AA' = r$ teremos $A'b = r - d$.

Da figura deduz-se

$$\frac{Qb}{Pb} = \frac{Ab}{A'b} \quad \text{donde} \quad Qb = \frac{Pb \cdot Ab}{A'b} \quad \text{ou} \quad x + r - d = \frac{2s^2}{r - d}.$$

A figura mostra ainda que $4s^2 = r^2 + (r - d)^2$.

Eliminando s e resolvendo em ordem a x vem

$$x = d \left(1 + \frac{1}{2} \cdot \frac{d}{r - d} \right).$$

Para ajuizar da ordem de grandeza de x basta calcular o máximo valor de $\frac{d}{r - d}$. Substituindo nesta fracção r e d pelos seus valores em função de

R obtemos $\frac{0,02042 R}{r_o + 0,68668 R}$ cujo valor máximo, para determinado valor de R , é $0,0298$ e corresponde a $r_o = 0$ (caso em que o toro se reduz a esfera). O máximo valor de x será por isso $x = 1,0149 d = 0,0207 R$ que é sensivelmente igual a d .

Se, portanto, marcarmos no eixo, para cima de A' , aquela distância d , obtemos o centro Q da circunferência que aproximadamente é a deformada da sombra do toro, neste caso limite.

Já dissemos que correntemente D é insignificante, o que leva a con-

fundir, por sobreposição Aa e Bb . Se, porém, R fôr grande, tem D valor apreciável, e nesse caso, aos paralelos do toro compreendidos entre AA' e BB' correspondem no contôrno aparente raios luminosos a 45° praticamente distintos e inconfundíveis; donde resulta ser necessário tomar, ao nível de cada paralelo, o seu raio luminoso para lhe referir as abscissas horizontais. Ora estes raios vão correndo para a direita à medida que os paralelos respectivos vão descendo de A para B . Dêste modo, quando tomarmos como deformada da sombra do toro a circunferência de centro Q devemos tomar para referência das abscissas a recta Ab , cujos pontos vão correndo para a direita de Aa à medida que vão descendo na recta. Desta observação resulta que, tendo a deformada de centro Q e a sua recta de referência Ab os seus pontos deslocados para a direita relativamente a AMa e Aa , há sensível igualdade nessas deslocações, de modo que a abscissa horizontal, compreendida entre a deformada e a recta referidas, e a abscissa compreendida entre AMa e Aa são praticamente iguais. Não há, portanto, interêsse prático em desenhar a deformada de centro Q nem Ab e devem utilizar-se sempre em seu lugar AMa e Aa .

Dêste modo se justifica a regra dada.

ÁLVARO LIMA.



MARQUES ABREU

OFICINAS DE FOTOGRAVURA



Avenida Rodrigues de Freitas, 310

PÔRTO

CASA FUNDADA EM 1900



Pela magnífica instalação destas oficinas, pelo moderno e aperfeiçoadíssimo material adquirido e ainda pela larga escala em que se trabalha, são as que melhor podem servir o público com

RAPIDEZ,

PERFEIÇÃO

E ECONOMIA



AUGUSTO

GOMES

Preço 5 escudos